



Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Desigualdades económicas e qualidade de vida na Europa

Ana Rita Matias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Catedrático
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Outubro, 2015

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Desigualdades económicas e qualidade de vida na Europa

Ana Rita Matias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Catedrático
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Outubro, 2015

“I see that goods and bads are allocated rather equally in the world. Great wealths are disappearing, the number of small fortunes is growing; desires and pleasures are multiplying; there are no longer extraordinary prosperities nor miseries without remedy.”

Tocqueville (1840:452) *De la démocratie en Amérique*

“With the ever declining number of capital magnates, who usurp and monopolize all the advantages of this transformation process, the mass of misery, pressure, subjugation, degeneration and exploitation is growing...”

Marx (1867:728) *Das Kapital*

Citações retiradas de Therborn (2011)
Inequalities and Latin America

Agradecimentos

Chegados aqui, impõe-se que agradeça a quem muito contribuiu para que o meu trabalho tenha sido concluído:

Ao Professor António Firmino da Costa, o orientador da minha dissertação. As suas aulas de Desigualdades Sociais Contemporâneas permitiram-me aprofundar conhecimentos e estimular o meu interesse sobre as desigualdades, e logo a escolha do tema; a ênfase que coloca na necessidade de discutir, analisar, e interpretar as desigualdades numa perspetiva plural, multidimensional, foi determinante na abordagem metodológica que imprimi ao meu trabalho; o rigor do seu apoio crítico, permitiu-me melhorar, de modo significativo o que fiz. Agradeço em particular a sua compreensão, e apoio, no ultrapassar dos diferentes "estados de alma" por que fui passando. Se a dissertação não foi mais além, ou se está em falta, aqui ou ali, tal deve-se em exclusivo às limitações de quem a fez.

A toda a equipa do Observatório das Desigualdades, pela generosidade, paciência e partilha de conhecimentos. Devo muito daquilo que sei sobre a visão sociológica das desigualdades às pessoas que ali trabalham.

Um agradecimento especial à Professora Maria das Dores Guerreiro, pela importância que tem tido no meu percurso académico e formação. O meu sentido agradecimento por todas as oportunidades que me proporcionou e que me fizeram crescer.

Aos colegas e professores do Mestrado em Sociologia do ISCTE-IUL, agradeço toda a solidariedade académica e frutíferas discussões, que pautaram estes dois anos de formação.

Ao grupo de amigos e amigas, com quem tenho o privilégio de poder contar, obrigada pelo encorajamento e por toda a vossa amizade ao longo deste processo.

Aqui vai se falar também de bem-estar e por isso não poderia deixar de agradecer às pessoas que mais contribuem para o meu: ao meu irmão André, a causa dos meus grandes momentos de felicidade e orgulho, agradeço toda a confiança e motivação. Ao meu pai José Maria agradeço a sua constante preocupação, carinho e alicerce. Seria um grande feito poder ter um dia tanto da sua clarividência, quanto de altruísmo e humildade. Á minha mãe Lurdes agradeço todo o seu companheirismo, e por ser um exemplo de superação e persistência, que tanto me inspira. Estou profundamente grata pelas suas capacidades telepáticas, que nem os 1.643 km de distância conseguem enganar. Esta tese é vos dedicada.

Resumo

As sociedades europeias contemporâneas fazem parte do grupo de países mais desenvolvidos, ricos e com maiores níveis de qualidade de vida da história da humanidade. Porém, vários autores têm vindo a demonstrar que as desigualdades sociais, sobretudo nestes países, encontram-se a aumentar desde meados do século XX. Poderão as desigualdades sociais explicar diferentes níveis de bem-estar humano? A partir de uma abordagem multidimensional sobre as desigualdades sociais, analisou-se, recorrendo a uma tipologia de níveis de desigualdade (construída a partir do coeficiente de Gini e S80/S20), diferentes padrões e condições de vida existentes atualmente no espaço europeu. Tentou-se perceber de que forma as percepções dos indivíduos sobre a sua qualidade de vida são explicadas pela desigualdade de rendimentos. Foi utilizada uma estratégia metodológica de análise quantitativa e extensiva dos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) e do European Social Survey (ESS). Concluiu-se que países mais desiguais serão países onde as suas populações apresentam ter menores níveis de bem-estar (satisfação com a vida, confiança e níveis de felicidade).

Palavras-chave: desigualdades, rendimento, bem-estar, análises transnacionais, Europa

Abstract:

Contemporary European societies are part of the group of countries with more wealth and with higher levels of quality of life in human history. However, several authors have demonstrated that social inequalities, especially in these countries, are increasing since the mid-twentieth century. Can social inequalities explain different levels of human well-being? From a multidimensional approach to social inequalities, we examined, using a typology of inequality levels (built with the Gini coefficient and S80/S20 ratio), the existence of different standards and living conditions currently in Europe. We tried to understand how the individual's perceptions of their quality of life and well-being are explained by income inequality. As for the methodological strategy, it was used a quantitative and extensive analysis from the EU-Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC) and the European Social Survey (ESS). We concluded that the most unequal countries are the one with the lowest levels of well-being (life satisfaction, trust and happiness levels).

Key words: inequality, income, well-being, transnational analysis, Europe

Índice

Notas introdutórias.....	8
I. A desigualdade nas sociedades contemporâneas: tendências e explicações	9
A interseção entre desigualdades e bem-estar	12
II. Considerações metodológicas	13
III. Desigualdades económicas na União Europeia.....	15
3.1. Diferentes condições de vida na Europa	18
3.2. As desigualdades nos ganhos salariais segundo o sexo.....	21
3.3. Pobreza e privação material	23
IV. Perceções dos europeus sobre o seu rendimento e bem-estar	28
4.1. Estará o bem-estar relacionado com as desigualdades de rendimento?	32
Notas finais	36
Bibliografia.....	38
Anexos.....	41
Curriculum vitae	44

Índice de Quadros

Quadro 3.1 Distribuição do rendimento (em PPS) segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (clusters).	19
--	----

Índice de Figuras

Figura 3.1 Desigualdades de rendimento na União Europeia 28, entre 2000 e 2012/13	16
Figura 3.2 Relação entre o coeficiente de Gini e o S80/S20, construção de uma tipologia de <i>clusters</i> , em meados de 2013	17
Figura 3.3 Rendimento mediano segundo quintis (top cut-off points), medido em PPS, em 2013, segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (clusters).	19
Figura 3.4 Média dos ganhos salariais mensais brutos (em PPS) e a diferença salarial entre homens e mulheres, na UE28, em 2010	21
Figura 3.5 Distribuição dos ganhos salariais segundo o sexo e o 1º e 10º decil, em 2010	22
Figura 3.6 Evolução da taxa de pobreza (60% da mediana), entre 2008 e 2012/13	24
Figura 3.7 Evolução da % de risco de pobreza e exclusão social (RPES), entre 2008 e 2013, e % de população desempregada em RPES em 2013	25
Figura 3.8 Distribuição da população por itens de privação material, em 2013	26
Figura 3.9 Taxa de risco de pobreza antes e após as transferências sociais, nos países da UE28, em 2013 (%)	27
Figura 4.1 Nível de concordância dos europeus com a afirmação “o Governo toma medidas para reduzir as desigualdades no país”, em 2012	29
Figura 4.2 Relação entre as perceções sobre as condições de vida no país (“a vida está a ficar pior”) e o estatuto social, em alguns países europeus, em 2012	30
Figura 4.3 Relação entre o Estatuto Social e o rendimento mediano (em PPS), em alguns países da União Europeia	31
Figura 4.4 Nível de satisfação com alguns domínios da vida, segundo a tipologia de países de níveis de desigualdades	33
Figura 4.5 O índice de confiança nas instituições e os domínios que o compõem (escala 1-10), segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (clusters).	34
Figura 4.6 Períodos de felicidade no último mês nos países da UE28, segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (clusters).	35

Notas introdutórias

Poderá as desigualdades de rendimento ajudar a explicar diferentes padrões de vida dentro do espaço europeu? Serão os países mais desiguais aqueles com menores níveis de bem-estar? Estas são as principais questões que procuraremos responder neste estudo, a partir de uma análise transnacional e extensiva dos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC).

Associada à problemática das desigualdades e da redistribuição mais equitativa do rendimento, encontram-se também preocupações com as condições de vida e do bem-estar das populações. Estas preocupações prendem-se, em boa parte, com o fato, já cientificamente reportado, que sociedades com menores níveis de desigualdades são sociedades que funcionam melhor, com maior capacidade de proteção dos seus cidadãos, mas também mais economicamente produtivas (Wilkinson e Pickett, 2010).

No caminho para sociedades mais globalizadas, o progresso e desenvolvimento aconteceu de forma desigual em diferentes sociedades, influenciando de diferentes maneiras estruturas sociais e condições de vida (OCDE, 2008). Vários autores e organizações internacionais têm vindo a dar conta de que desde meados do século XX, as desigualdades económicas têm aumentado nos países desenvolvidos (Dorling, 2014; Milanovic, 2011; Atkinson et al, 2010). Mais recentemente, na União Europeia também existiram aumentos nas desigualdades de rendimento. Por exemplo, em 2013, em média, na União Europeia a 28, o rendimento dos 20% mais ricos (5º quintil) era 5,2 vezes superior ao dos 20% mais pobres (1º quintil) – em 2009, essa diferença era de 4,9 (de 2009 para 2013, desigualdade entre os extremos da distribuição subiu na União Europeia em 0,3 pontos).

Além de fatores como mudanças estruturais, baixa eficácia da política fiscal ou dinâmicas internacionais como a globalização, o atual contexto de crise permitiu criar ainda maiores clivagens entre ricos e pobres (sendo isso mais evidente em países onde foram aplicados programas de ajustamento económico, como na Grécia, Espanha e Portugal). Porém, as disparidades económicas foram desde sempre uma constante das sociedades humanas, geradoras de desigualdades e injustiças sociais. Mas qual a dimensão das disparidades económicas atualmente, em contexto de sociedades de informação?

No capítulo III explora-se as desigualdades objetivas entre países, ir-se-á apresentar como se distribuem as desigualdades de rendimento nos países da União

Europeia, a partir da apresentação de uma tipologia de desigualdade que nos permitirá compreender padrões de vida, mas também diferenças de ganhos salariais e de níveis de pobreza.

No capítulo IV explora-se as desigualdades subjetivas entre países, ir-se-á então testar se as desigualdades de rendimento ajudam a explicar diferenças no bem-estar dos indivíduos.

I. A desigualdade nas sociedades contemporâneas: tendências e explicações

Ao longo da última década, a OCDE foi responsável por três relatórios com um importante papel na documentação e análise da evolução das desigualdades nos países desenvolvidos e emergentes (OCDE, 2008; 2011; 2015). Nestes relatórios é demonstrado que o fosso entre ricos e pobres está maior e que em um terço dos países OCDE as desigualdades de rendimento aumentaram desde 1980 até aos nossos dias.

Embora nos primeiros dois relatórios da OCDE (2008; 2011) existisse informação estatística apenas até 2007/08, os prenúncios eram de agravamento das desigualdades, em grande parte, resultado da conjuntura de crise económica e financeira – o que se confirmaria no relatório seguinte. Em *In it together: Why Less Inequality Benefits All* (2015), concluiu-se que, não só os níveis de desigualdade atualmente na OCDE são os mais elevados desde que há registo, como estes se agravaram tanto com os períodos de crise, como em períodos de boa performance económica. A OCDE refere que existe uma relação direta e negativa entre a desigualdade de rendimentos e o crescimento económico. Mais, é o peso dos grupos de rendimentos mais baixos (os 40% da distribuição de rendimentos) que determinam o impacto negativo que a desigualdade tem no crescimento (OCDE, 2015; Observatório das Desigualdades, 2015).

Estudos feitos por outras organizações internacionais corroboraram estas conclusões. O Fundo Monetário Internacional (FMI), concluiu que níveis elevados de desigualdade são prejudiciais para a estabilidade macroeconómica e para o crescimento (IMF, 2014:5) e que crescimento económico com níveis de desigualdade elevados, a longo prazo, tornar-se-á num crescimento fraco e insustentável (Ostry et al, 2014:27).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014), refere que, além de eticamente indesejáveis, existem razões de ordem “prática” para que os países procurem diminuir as desigualdades de rendimento. Nomeadamente, porque estas afetam

o tipo de crescimento da economia que permite a diminuição da pobreza e mobilidade social dos indivíduos. Quer as Nações Unidas, como a OCDE, demonstram que níveis elevados de desigualdades prejudicam todos dentro da sociedade, e não exclusivamente as faixas em maior vulnerabilidade (nomeadamente, os indivíduos que se encontram em risco de pobreza e exclusão social ou em situação de desemprego). Segundo os últimos dados do PNUD, as componentes que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (Esperança de vida à nascença, anos esperados de escolaridade, média da escolaridade e Produto Nacional Bruto (PNB)), têm vindo a desacelerar o seu crescimento, o que é em parte justificado pelo fraco crescimento do PNB (em PPS)¹. (PNUD, 2014; Observatório das Desigualdades, 2014; Matias, 2015).

Estas conclusões, vindas destas instâncias internacionais, sobre os efeitos das desigualdades nas sociedades, são importantes pela demonstração científica que fazem, recorrendo a dados com a qualidade e robustez que lhe são reconhecidas. Além disto, têm um importante contributo para desconstruir lógicas e narrativas mais conservadoras sobre a naturalização das desigualdades nas sociedades que, como explicam Crompton (2008) e Carmo & Costa (2015), estão associadas a argumentos de que estas são necessárias enquanto estruturas de incentivo, que beneficiam e recompensam os “mais trabalhadores” ou os “mais inovadores”.

A explicação encontrada pelas equipas destas organizações para o aumento das desigualdades é atribuída tanto a mudanças estruturais (envelhecimento da população, aumento de agregados familiares formados por pais solteiros, onde existe apenas uma fonte de rendimento), como a uma baixa eficácia da política fiscal dos países em inverter situações de desigualdade e pobreza (via impostos e transferências) (OCDE, 2008). Por outro lado, cada vez mais compreende-se que dinâmicas como a globalização, os progressos das tecnologias de informação e comunicação, as transformações no mercado de trabalho, o impacto de escolhas políticas, de regulamentações, e de mudanças institucionais, são fatores indiretos contribuintes do aumento das desigualdades (OCDE, 2011).

Os sociólogos Charles Tilly (2005) e Göran Therborn (2006:10-14), apresentam importantes explicações dos mecanismos existentes de produção das desigualdades em sociedade (Costa, 2012a:9-32; Carmo e Cantante, 2015:35-36). Por exemplo, para

¹ A maioria dos países da UE-28 fazem parte do IDH muito elevado (com exceção da Roménia (0.785) e Bulgária (0.777)).

Therborn, as desigualdades derivam de quatro fatores de diferenciação social (2006:10-14): “as capacidades naturais (dos indivíduos, grupos, territórios); mecanismos sistémicos de oportunidades e recompensas; performance ou produtividade dos atores e ação distributiva individual e coletiva, incluindo pela via da utilização do Estado” (tradução própria).

As desigualdades podem ser analisadas à luz das questões de equidade e justiça social (Rawls, 1971; Tilly, 1995; Frazer, 2008; Sen, 2009), mas também a partir de uma visão mais instrumental, preocupada com as consequências do aumento ou a diminuição das desigualdades em termos sociais, económicos e políticos (Dorling, 2010; Milanovic, 2011; Stiglitz, 2012; Piketty, 2014). Seja qual foi o ângulo de análise, a conclusão destes e outros autores aponta para o efeito corruptor que as desigualdades têm nas sociedades e que, como refere Carmo e Cantante (2015:35) “se não forem contrariados por políticas públicas eficientes, os processos geradores de desigualdade não só tendem a persistir ao longo do tempo, como exercem um efeito reprodutor entre as várias gerações”.

Outra característica evidente ao analisarmos as desigualdades contemporâneas é a que estas são globais, multidimensionais e plurais (Tilly, 2005; Therborn, 2006; Costa, 2012b).

Göran Therborn (2006: 6-8) evidencia essa natureza multidimensional ao avançar com a proposta de arrumar as desigualdades em conjuntos: “desigualdades vitais” (relacionada com questões de vida e saúde), “existenciais” (relacionada com questões de direitos e liberdade, mas também aspetos ligados à igualdade de oportunidades e mobilidade social) e, finalmente, de “recursos” (materiais e simbólicos, sendo um exemplo a distribuição de recursos). Charles Tilly (2005), apresenta o conceito de desigualdades categoriais, isto é, a importância de analisar as desigualdades sociais contemporâneas relacionando categorias, nomeadamente, o autor mostra como o indicador de riqueza dos países se encontra correlacionado com outros (coeficiente de Gini, mortalidade infantil, a despesa pública com a saúde).

No estudo *A Constituição de um Espaço Europeu de Desigualdades* de Costa et al (2015) procura-se compreender as desigualdades sociais existente na Europa recorrendo à interseção entre desigualdades distributivas, nomeadamente, de recursos económicos e recursos educativos, e desigualdades categoriais. Os autores concluem sobre a existência de um espaço europeu de desigualdades, com configurações quer nacionais, como transnacionais, sendo estas últimas as mais significativas para compreender as desigualdades a nível do espaço europeu (Costa et al, 2015:18-19).

Outro importante contributo é a perspetiva sistémica de Wilkinson e Pickett (2009), em *Espírito da Igualdade*, que relaciona a desigualdades de rendimento dos países com indicadores de problemas sociais (como a violência, saúde mental, relacionamentos interpessoais, esperança de vida, mortalidade infantil, etc.). Os autores concluíram que, mesmo nos países mais ricos, onde o crescimento económico e os rendimentos médios deixaram de ter uma contribuição significativa para o bem-estar dos indivíduos, a desigualdade de rendimentos, sobretudo para as camadas mais pobres da sociedade, continua a ser determinante para explicar problemas sociais e de saúde (Wilkinson & Pickett, 2009:37).

A interseção entre desigualdades e bem-estar

Neste estudo temos como objetivo compreender de que forma as desigualdades distributivas de recursos económicos se encontram relacionadas com aquilo que designamos em termos gerais, qualidade de vida, nos países da União Europeia.

Quando aqui falamos em qualidade de vida estamos acima de tudo a referirmo-nos ao bem-estar humano (satisfação com a vida, confiança nas instituições e nos outros e com os níveis de felicidade). Segundo João Ferreira de Almeida (2013), estas dimensões são “resultado de uma pluralidade muito vasta de fatores individuais e sociais agregados nos juízos que os cidadãos transmitem” (Almeida, 2013:96). Tal como refere o autor, estes indicadores por medirem questões tão subjetivas, são muitas vezes alvo de críticas sobre o facto de estes não serem capazes de conseguir alcançar “o carácter pluridimensional daquilo que forçosamente se inclui na qualidade de vida” p. 96.

Pensa-se, contudo, que a combinação de aspetos “subjetivos” (relacionados com perceções) com outros de carácter “objetivo” (nomeadamente, de indicadores provenientes de fontes institucionais), poderá contribuir para uma análise mais completa sobre as diferenças de padrões e condições de vida na Europa. Em particular, vai-se procurar perceber sobre se diferentes níveis de bem-estar humano (incluiu-se aqui a satisfação com a vida, instituições e níveis de felicidade) estarão relacionados com os níveis de desigualdade económica dos países.

Esta preocupação analítica de relacionar desigualdades e bem-estar foi inspirada, em grande parte, pela questão levantada por Wilkinson e Pickett (2009:1): as sociedades dos chamados países desenvolvidos são, atualmente, as mais desenvolvidas e ricas da história da humanidade (e poder-se-ia acrescentar os mais escolarizadas, com acesso a

informação, conhecimento, onde existe maior garantia que os direitos humanos serão protegidos e respeitados, com o melhor acesso à saúde), mas será que isso traduz em felicidade e bem-estar? Segundo os autores: “economic growth, for so long the great engine of progress, has, in the rich countries, largely finished its work. Not only have measures of wellbeing and happiness ceased to rise with economic growth but, as affluent societies have grown richer, there have been long-term rises in rates of anxiety, depression and numerous other social problems” (Wilkinson & Pickett, 20: 5-6).

A própria análise da questão entre desigualdade e bem-estar começou por estar centrada na relação entre o desenvolvimento económico e as desigualdades (OCDE, 2011). A esse aspeto Amartya Sen (2009) demonstrou que a desigualdade tem de fato importância para o crescimento económico, mas não só; este é também crucial para o desenvolvimento humano mais alargado e para o bem-estar dos indivíduos. Na análise das desigualdades económicas, não deverá ser esquecido o que Sen refere em *The idea of justice* que não se deve confundir os meios com os fins, o rendimento e a opulência não são importantes por si só, mas pelo que estes permitem que os indivíduos consigam fazer com ele (“*including good and worthwhile lives*”) (Sen, 2009: 226).

Segundo Carmo e Cantante (2015:36), as desigualdades de rendimentos assumem-se como “um fenómeno produzido por um conjunto alargado de situações e posições de assimetria social, mas também como um recurso pelo qual esse sistema de desigualdades tende a reproduzir-se”. Por esta razão, é importante compreender como é que a distribuição de rendimentos, juntamente com a análise da pobreza, faz-se refletir nas condições de vida dos indivíduos.

II. Considerações metodológicas

Para a concretização dos nossos objetivos, procurar-se-á fazer uma análise transnacional e, sempre que possível, longitudinal dos países da UE-28. Para isso será utilizada uma estratégia metodológica de análise quantitativa e extensiva dos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC). Aplicado pelo Eurostat, o EU-SILC consiste na fonte estatística de referência na União Europeia para comparação e análise de indicadores relativos ao rendimento, pobreza e exclusão social. Este é um inquérito que recolhe dois tipos de variáveis: variáveis primárias e secundárias. As primárias dizem respeito aos indicadores recolhidos todos os anos (sobre o rendimento, pobreza, exclusão social e condições de vida), enquanto as secundárias são

recolhidas num período máximo de cinco anos e designam-se de módulos *ad-hoc* (Eurostat, 2015b).

Neste estudo serão utilizadas as variáveis primárias, nomeadamente, os indicadores referentes às desigualdades de rendimento (coeficiente de Gini e o S80/S20), taxa de risco de pobreza, população em risco de pobreza e exclusão social, a taxa de privação material, o rendimento por adulto equivalente e o salário em géneros, assim como os dados do mais recente módulo *ad-hoc*, de 2013, sobre o bem-estar humano. No tratamento estatístico dos dados irá ser aplicado métodos de análise multivariada (tipologia de clusters e modelos lineares).

Este inquérito, aplicado tanto aos 28 países da União Europeia, como a alguns países fora no espaço UE, tem como grande vantagem ser baseado nas bases de amostragem, representativas da população, dos respetivos Institutos Nacionais de Estatística. Na maioria dos países, é utilizada uma amostragem estratificada, salvo Malta, Dinamarca e Islândia (amostra aleatória simples) e Suécia e Dinamarca (amostragem aleatória sistemática). De acordo com o quadro comunitário estabelecido, são elegíveis para responder às entrevistas todas as pessoas com mais de 16 anos dentro dos agregados familiares selecionáveis, com uma probabilidade conhecida de seleção diferente de zero. (Eurostat, 2015c)².

O sistema comunitário de produção de estatísticas tem como principal missão a harmonização dos resultados, por essa razão recorre a um instrumento de recolha de dados extremamente sofisticados. A complexidade inerente a este processo é acrescida pelo fato de que cada país pode definir o seu desenho de pesquisa, de acordo com as características do país e da população, mas também de acordo com as restrições financeiras (Eurostat, 2015c).

A sua implementação desde 2003 (formalmente em 2004), no quadro da legislação comunitária (Regulamento nº 1177/2003), veio substituir o primeiro instrumento de recolha de dados do Eurostat, o *European Community Household Panel survey* (ECHP), que esteve em funcionamento de 1994 a 2001³ (EC, 2005:3; INE, 2014:15).

² “Persons living in collective households and in institutions are generally excluded from the target population. Some small parts of the national territory amounting to no more than 2 % of the national population and the national territories listed below may be excluded from EU-SILC” (Eurostat, EU statistics on income and living conditions (EU-SILC) (2015c)

³ A substituição do ECHP pelo EU-SILC, além de procurar resolver problemas operacionais, teve também como principais razões o alargamento do espaço europeu e inclusão de recolha de dados em países vizinhos, mas também para dar respostas às mudanças políticas, resultado da introdução

Uma das alterações no inquérito foi na área da recolha de informação sobre o rendimento, concretamente, o adiamento da entrega por parte dos vários estados-membros e parceiros da informação relativa aos rendimentos (bruto e dos agregados) após o primeiro ano de recolha dos dados. Por esta razão, a informação relativa ao rendimento, na maioria dos indicadores, tem como período de referência o ano anterior à data da realização das entrevistas (exemplos: coeficiente de Gini, S80/S20, taxa de risco de pobreza) (EC, 2005; INE, 2014).

III. Desigualdades económicas na União Europeia

Um dos principais indicadores utilizados para medir as desigualdades económicas é o coeficiente de Gini, um indicador sintético que varia em 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo) (INE, 2014; Observatório das Desigualdades, 2015).

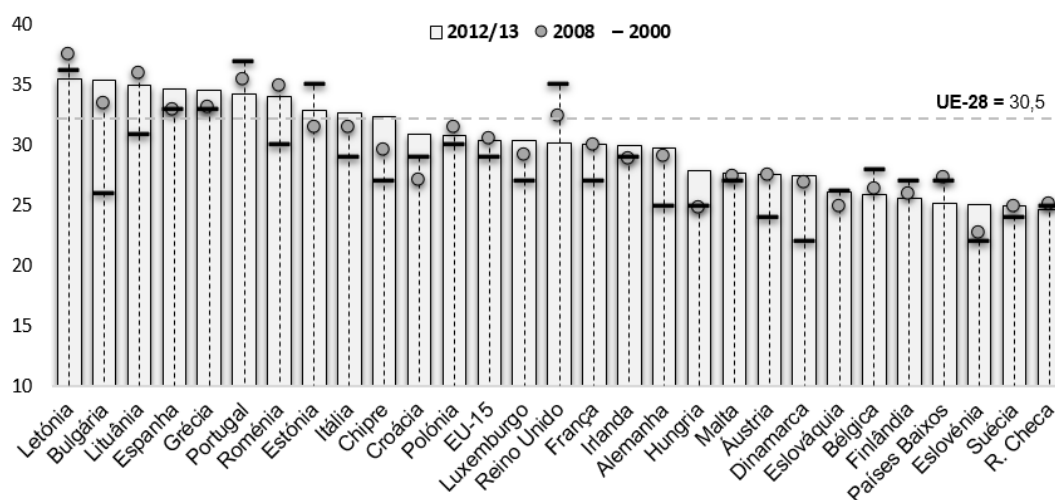
Na Figura 3.1 apresenta-se a evolução da desigualdade de rendimento, medida pelo coeficiente de Gini, em três períodos (2000, 2008 e 2012/13), nos países da União Europeia. Concluiu-se que os valores do indicador subiram em mais de metade dos 28 países europeus (incluindo a média europeia a 15) entre 2000 e de 2013. É igualmente de destacar que essa subida foi sentida quer nos países mais desiguais (exemplo: na Bulgária, de 26% para 35,4% - uma subida de 9,4 pontos percentuais ou na Lituânia, de 31% para 35%, mais 4 pontos percentuais), mas também nos países onde as desigualdades são menores (exemplo: a Dinamarca subiu de 22% para 27,5% - 5,5p.p. e a Alemanha de 25% para 29,7% - 4,7 p.p.).

Apenas nove, no conjunto da UE-28, diminuíram a sua desigualdade, sendo o Reino Unido aquele onde houve a maior diminuição (de 35% para 30,2% - uma descida de 4,8 p.p.).

No conjunto dos países com maiores níveis de desigualdade, Portugal, que em 2000, era o país europeu com o maior valor do coeficiente de Gini (37%), vê este valor diminuir 2,8 p.p. ao longo da década. Contudo, o que esta evolução não revela é a contra tendência que existiu entre 2009 e 2011, onde o Gini português subiu 0,8 p.p. (de 33,7 para 34,5, respetivamente).

do Método de Coordenação Aberto (Open Method of Coordination, OMC) na área social (inclusão social e reformas de pensões) (EC, 2005:3;7-11).

Figura 3.1 Desigualdades de rendimento na União Europeia 28, entre 2000 e 2012/13



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2015 (Eurostat)

Nota metodológica: segundo o INE, o coeficiente de Gini é um “indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo) ”.

Nota 2: Dados referentes a 2012 = UE-28, Portugal, Roménia, Estónia, Chipre, Croácia, EU-15, Luxemburgo, Reino Unido, França, Irlanda, Alemanha, P. Baixos, Suécia e R. Checa. Dados de 2000 = Croácia dado referente a 2002; Letónia, Lituânia, Malta e Eslováquia, dados de 2004

Nota 3: A média da UE é calculada a partir da média ponderada dos indicadores nacionais (Eurostat, 2015)

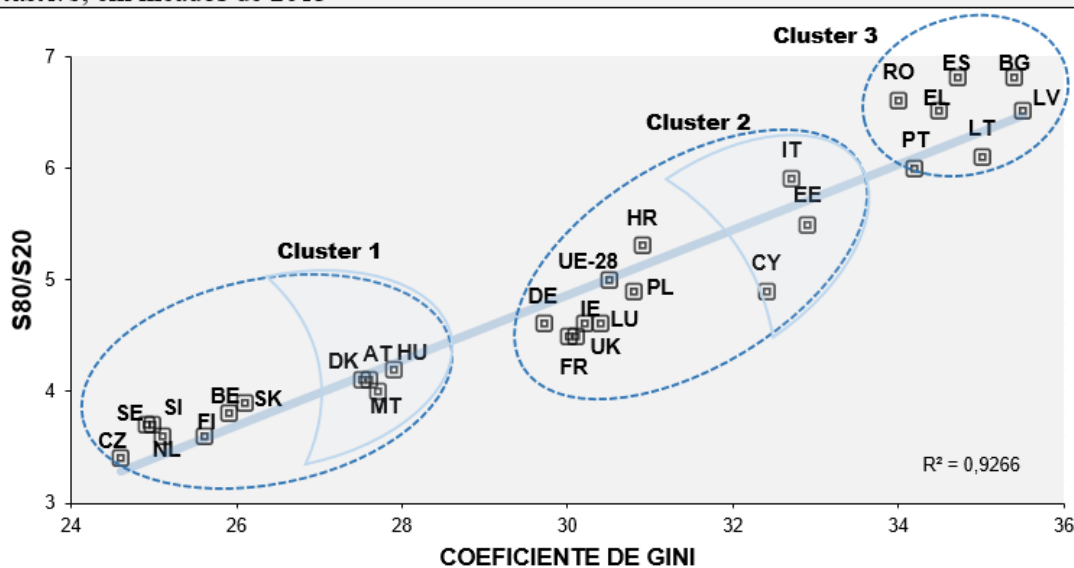
Em Portugal, assim como em outros países, as variações nos valores do indicador entre 2008 e 2013, fizeram recuar tendências de melhoria da desigualdade, consequência do período de crise económica e financeira e dos seus impactos no mercado de trabalho e nas condições de vida dos indivíduos. Por exemplo, entre 2008 e 2013, Grécia e Espanha, dois países que também passaram por duros programas de ajustamento, subiram neste indicador, respetivamente, de 33,1% para 34,5% (mais 1,4 p.p.), e de 32,9% para 34,7% (mais 1,8 p.p.), posicionando-se em 2013, juntamente com a Letónia, Bulgária e Lituânia, no pódio indesejado da maior desigualdade no espaço europeu.

Outros casos a destacar: entre países com níveis de desigualdade acima da média europeia a 28 (30,5%), estão a Croácia e o Chipre que subiram neste indicador, entre 2008 e 2013, respetivamente, 3,9 p.p. e 2,9 p.p.; entre países com níveis de desigualdade abaixo da média europeia, destaque para a subida da Hungria (3,2 p.p.) e da Eslovénia (2,3 p.p.).

Na Figura 3.2, a partir de uma regressão simples entre o Gini e o S80/S20 (rácio de desigualdade entre os 20% mais ricos face aos 20% mais pobres), é possível compreender que existe, sem surpresas, uma grande correlação entre a desigualdade existente numa sociedade no seu todo e a diferença presente entre o topo e a base de rendimento ($R^2 = 0,9266$). Esta correlação permite mapear de forma bastante clara as diferenças económicas no espaço europeu. No sentido de procurar encontrar uma

tipologia de países no que toca ao nível de desigualdade usando estes dois atributos (coeficiente de Gini e S80/S20), procedeu-se a uma análise exploratória de *clusters*, com métodos hierárquicos aglomerativos, usando o critério do vizinho mais afastado (*complete linkage*). A solução encontrada aponta para a existência de três *clusters*, que posteriormente foram denominados por: NBD - nível de baixo de desigualdade (Cluster 1); NMD - nível médio de desigualdade e NED - nível de elevado de desigualdade (Cluster 3).

Figura 3.2 Relação entre o coeficiente de Gini e o S80/S20, construção de uma tipologia de *clusters*, em meados de 2013



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2015 (Eurostat)

Legenda: (AT) Áustria, (BE) Bélgica, (BG) Bulgária, (CY) Chipre, (CZ) Rep. Checa, (DE) Alemanha, (DK) Dinamarca, (EE) Estónia, (EL) Grécia, (ES) Espanha, (FI) Finlândia, (FR) França, (HR), Croácia, (HU) Hungria, (IE) Irlanda, (IT) Itália, (LT) Lituânia, (LU) Luxemburgo, (LV) Letónia, (MT) Malta, (NL) Holanda, (PL) Polónia, (PT) Portugal, (RO) Roménia, (SE) Suécia, (SI) Eslovénia, (SK) Eslováquia, (UK) Reino Unido.

Nota metodológica: Segundo o INE, o S80/S20 trata-se de “um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos”.

Nota 2: S80/S20, dados por referência a 2012 = União Europeia-28, Rep. Checa, Alemanha, Estónia, Irlanda, França, Croácia, Chipre, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Roménia, Suécia, Reino Unido

O *cluster* “Nível baixo de desigualdade” é composto por países do Norte da Europa (Suécia, Finlândia e Dinamarca), Europa Ocidental (Bélgica e Países Baixos), do sul (Malta) e Europa Central (Rep. Checa, Áustria, Eslováquia, Eslovénia e Hungria). Este é um *cluster* cujo Gini varia entre 24,6% a 27,9% (M=26,2; DP= 1,3) e o S80/S20 entre 3,4 e 4,2 (M=3,8;DP=0,3). No *cluster* “Nível de médio de desigualdade” encontramos a média dos países da UE28, juntamente com a Alemanha, Irlanda, Estónia, França, Croácia, Itália, Chipre, Luxemburgo, Polónia e Reino Unido. O Gini neste *cluster* varia entre 29,7% e 32,9% (M=31; DP=1,2) e o S80/S20 entre 4,5 e 5,9 (M=4,9;DP=0,5). O último *cluster*, associado aos níveis mais elevados de desigualdade, é composto pelos

países da Península Ibérica (Portugal e Espanha), dos Balcãs (Grécia e Bulgária), Leste (Roménia) e países Bálticos (Letónia e Lituânia).

O *cluster* 3 é o mais homogéneo entre si, existindo menor variação entre países – o Gini está balizado entre 34% e 35,5% (M=34,8; DP=0,6) e o S80/S20 em 6 e 6,8 (M=6,5;DP=0,3). Pelo contrário, no *cluster* dos países menos desiguais, é possível observar que a Dinamarca, Áustria, Hungria e Malta, têm maiores níveis de desigualdade que os restantes, enquanto no *cluster* 2 afastam-se mais da média a Itália, a Estónia e o Chipre.

3.1. Diferentes condições de vida na Europa

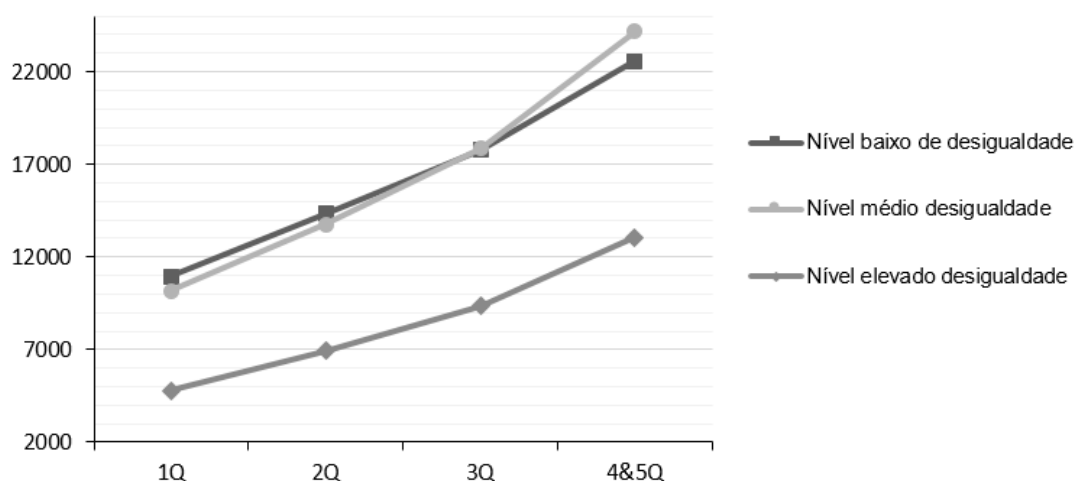
A partir dos dados do EU-SILC, pretendia-se perceber como variava o rendimento mediano por adulto equivalente segundo o nível de desigualdade dos países, na União Europeia. Começou-se por analisar a diferença de rendimento entre quintis (Figura 3.3). Em 2013, pertencer ao primeiro quintil (1Q) nos países com nível elevado de desigualdade (NED), significava viver num agregado familiar que, em média, ganhava menos de 4 800 PPS. Caso o agregado pertencesse aos países com nível de desigualdade média ou baixa, em média, ganhava cerca de 11 000 PPS – uma diferença de 6 200 PPS. A mesma análise, agora para o quintil de rendimento mais elevado (4&5Q), permite concluir que o agregado familiar em países NED ganhava em termos médios cerca de 13 000 PPS, enquanto em países com nível de desigualdade baixo ou médio ganhava-se, respetivamente, cerca de 23 000 PPS e 24 000 PPS⁴.

Foi realizado o teste One-way Anova para saber se as diferenças de rendimento entre os níveis de desigualdade dos países, segundo os quintis de rendimento, eram significativas. Concluiu-se que o rendimento médio dos agregados familiares no 1Q ($F(2,25)=7,914;p=0,002$), no 2Q ($F(2,25)=6,785;p=0,004$), no 3Q ($F(2,25)=5,777;p=0,009$) e no 4/5Q ($F(2,25)=5,208;p=0,013$) são diferentes em pelo menos um dos *clusters* de desigualdade. O teste de comparação múltiplas posteriormente realizado permitiu concluir que, para todos os quintis, existe uma diferença estatisticamente significativa nos agregados familiares que pertencem a países cujo nível

⁴ O facto do valor médio ser superior em países do segundo *cluster* para o quarto/quinto quintil, mas também para o terceiro quintil, atribui-se em grande parte ao efeito de Luxemburgo (4&5Q =42324; 3Q=31470; 2Q=24200; 1Q=17959).

de desigualdade é elevado face aos agregados de países com níveis de desigualdade baixo ou médio ($p < 0,05$, em todos os casos).

Figura 3.3 Rendimento mediano segundo quintis (*top cut-off points*), medido em PPS, em 2013, segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (*clusters*).



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2015 (Eurostat)

Nota metodológica: PPS (Purchasing Power Standard) ou Paridade de Poder de Compra Padrão é uma unidade monetária artificial: “termo técnico utilizado pelo Eurostat para nomear a moeda comum nas quais as contas nacionais agregadas são apresentadas quando ajustadas pelas diferenças de preços que resultam da aplicação do deflactor PPP.” (Observatório das Desigualdades, 2015).

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=123>

Quadro 3.1 Distribuição do rendimento mediano (em PPS) segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (*clusters*).

Distribuição de rendimento (em PPS)		Nível baixo Desigualdade (média)	Nível médio Desigualdade (média)	Nível elevado Desigualdade (média)
Por tipo de agregado familiar	1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	11718*	10263	6016*
	Agregado familiar c/ filhos dependentes	15841*	13568	7577*
Condição perante o trabalho	Empregado	18729*	16805	10008*
	Desempregado	10368*	8957	5012*
Por intensidade de trabalho	Muito elevada	18833*	17480	10682*
	Elevada	16164*	14806	8280*
	Média	13224*	11751*	6331*
	Baixa	11414*	9696*	4696*
Por nível de escolaridade	Muito baixa	8577*	7494*	3230*
	ISCED 0-2	13948*	11632	6218*
	ISCED 3-4	16578*	14508	8524*
Capacidade dos agregados fazerem face às despesas	ISCED 5-6	20897*	19909	12714*
	Com muita a alguma dificuldade	13159*	11623	7379*
	Com muita a alguma facilidade	18741*	19323	12776*

Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2015 (Eurostat) Cálculos próprios.

Nota: * $p < 0,05$

Legenda: Nível de escolaridade ISCED 0-2 (ensino básico); ISCED 3-4 (ensino secundário); ISCED 5-6 (ensino superior).

Assim, concluiu-se a existência de diferenças significativas de rendimento segundo o nível de desigualdade dos países, o que reflete diferenças nos padrões de vida. Procurou-se analisar igualmente a distribuição de rendimentos segundo a tipologia de países, cruzada com outros indicadores (e.g. tipo de agregado familiar, condição perante o trabalho, intensidade de trabalho, nível de escolaridade ou a capacidade dos agregados fazerem face às despesas) (Quadro 3.1)

Existem diferenças, sobretudo, entre os países com nível baixo de desigualdade face aos restantes níveis, em todas as categorias dos indicadores. Isto significa também, por outro lado, que não existem consideráveis diferenças entre os agregados familiares nos *clusters* de países NMD e NBD, salvo uma exceção: na intensidade de trabalho dos agregados familiares nas categorias “média”, “baixa” e “muito baixa”. É de referir que os agregados familiares dos países pertencentes a este *cluster* que apresentam rendimentos, por comparação com os restantes, abaixo da média, são a Polónia, Croácia, Estónia e Itália.

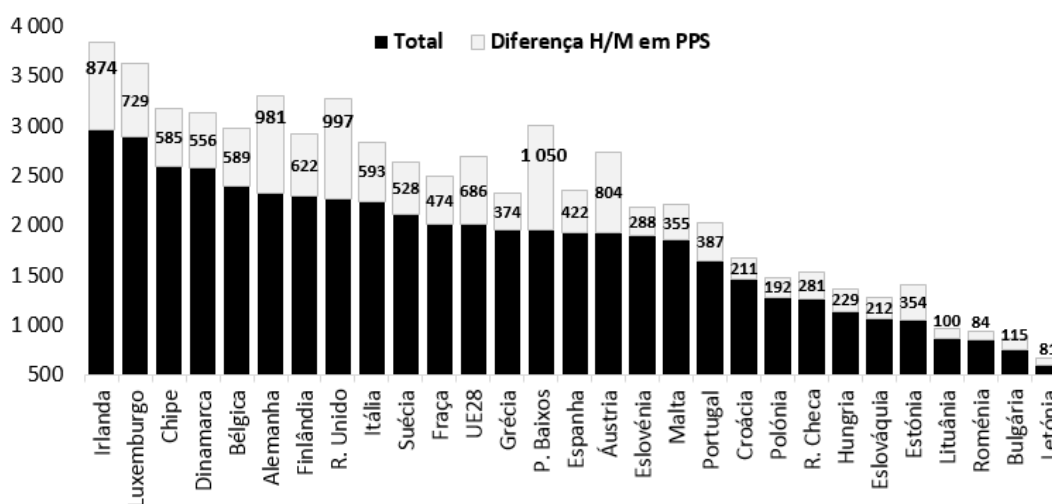
Outra conclusão interessante a retirar do Quadro 3.1 é de como o rendimento dos agregados familiares para as mesmas condições (i.e., com filhos dependentes ou desempregados, ou com o ensino básico) variam consideravelmente consoantes a tipologia de países. Por exemplo, no caso dos rendimentos dos agregados onde exista pelo menos um desempregado, a diferença entre o NBD e o NED é de 8 721PPS. Resultado que nos pode dar algumas pistas sobre a capacidade dos respetivos estados providência darem resposta (em termos de proteção social) a situações de desemprego, que como sabemos colocam em grande pressão qualquer agregado familiar.

Porém, parece-nos importante referir a propósito da utilização do rendimento equivalente por adulto equivalente em PPS as conclusões de Costa et al (2015) a este respeito. Os autores começam por evidenciar que, na análise do rendimento dos agregados, ter como referência a unidade de “Paridades de poder de compra” (em inglês, abreviado por PPS), embora contribua para mostrar as desigualdades existentes, não capta a total extensão dessas assimetrias (referem que devido a diversas dinâmicas económicas, financeiras e sociais, os “custos de existência e das capacidades económicas dos europeus” não têm “um carácter estritamente nacional”). Concluíram que a análise dos rendimentos tendo em conta o Euro permite apurar que as desigualdades entre os rendimentos nacionais extremos são muito maiores: em vez destas serem explicadas num rácio de 6 a 7 vezes maior (usando PPS), passam a ser de 20 a 21 (Costa et al, 2015:12-11).

3.2. As desigualdades nos ganhos salariais segundo o sexo

A análise de ganhos salariais permite não só uma maior compreensão sobre as desigualdades de recursos económicos existentes entre países, como também é revelador do próprio funcionamento das várias economias e mercados de trabalho. Duas das principais conclusões que retirámos dessa análise foram a existência de consideráveis diferenças entre países da União Europeia em relação aos ganhos médios e que as desigualdades de género continuam a ser bastante acentuadas quando olhamos para a distribuição salarial, sobretudo quando analisamos o decil com maior rendimento (Figura 3.4 e 3.5).

Figura 3.4 Média dos ganhos salariais mensais brutos (em PPS) e a diferença salarial entre homens e mulheres, na UE28, em 2010



Fonte: Structure of Earnings Survey (SES), 2010 (Eurostat).

Nota metodológica: Média dos salários mensais brutos é resultado da recolha feita pelo *Structure of Earnings Survey* (SES), realizado de quatro em quatro anos (2002, 2006, 2010).

Nota 2: Os valores dos salários em PPS resultam da média salarial dos setores “Educação, saúde e serviço social; artes, entretenimento e recreação; outras atividades de serviços” e “Industria, construção e serviços (com exceção da administração pública, defesa e segurança social obrigatória)” (Cálculos próprios).

Nota 3: Dados ordenados de forma decrescente segundo valores dos salários.

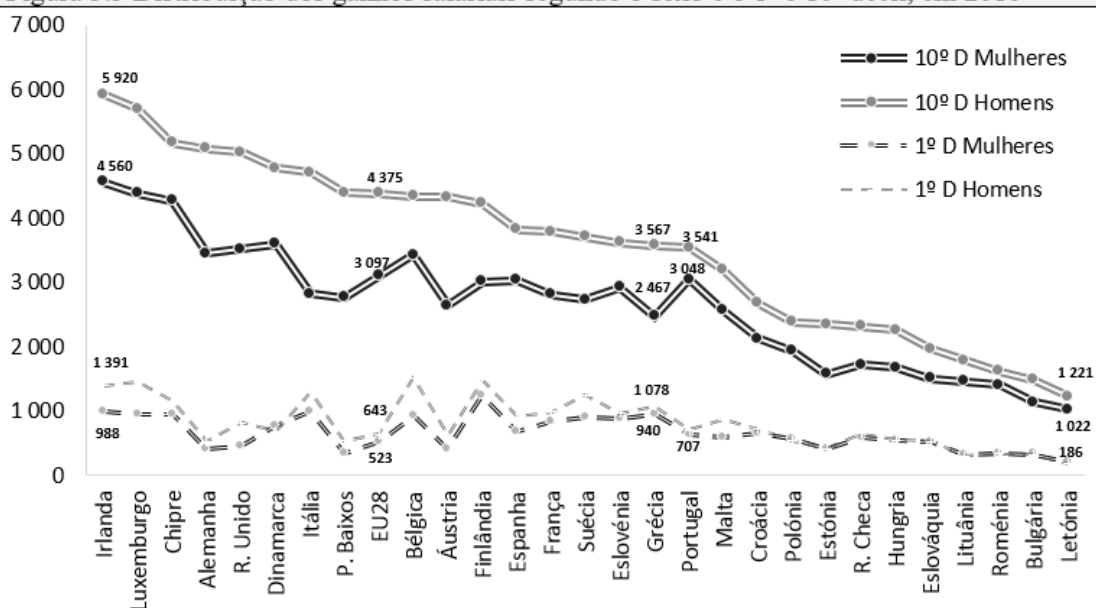
Na Figura 3.4 apresenta-se a distribuição média dos ganhos mensais brutos nos países da UE28 e a diferença entre os salários das mulheres e dos homens⁵. Em termos globais, existem diferenças significativas entre os países da UE28: um salário médio na Irlanda (2 965PPS) é cerca de 5 vezes maior que um salário médio na Letónia (592 PPS). Além da Letónia, a Bulgária (749 PPS), a Roménia (856 PPS) e a Lituânia (864 PPS) também

⁵ Os valores dos salários em PPS resultam da média salarial dos setores “Educação, saúde e serviço social; artes, entretenimento e recreação; outras atividades de serviços” e “Industria, construção e serviços (com exceção da administração pública, defesa e segurança social obrigatória)” (Cálculos próprios).

apresentam salários bastante inferiores à média da UE28 (2 010 PPS). Por sua vez, a Irlanda (2 965PPS), o Luxemburgo (2 894PPS), o Chipre (2 230PPS) e a Dinamarca (2 639 PPS) fazem parte do conjunto de países onde os salários são os mais elevados da União.

Em relação às disparidades salariais entre homens e mulheres, é possível observar a tendência para que países onde os ganhos são mais altos tenham maiores desigualdades de género. Nos Países Baixos, a diferença dos salários médios dos homens face aos das mulheres é o maior de toda a UE28 - mais 1 050 PPS (em média os homens ganham 2 602 PPS e as mulheres 1 552 PPS). Essa diferença é também elevada no Reino Unido (997 PPS), Alemanha (981 PPS) e na Irlanda (874 PPS). Na Lituânia, Roménia, Bulgária e Letónia as trabalhadoras ganharão cerca de menos 100 PPS que os trabalhadores.

Figura 3.5 Distribuição dos ganhos salariais segundo o sexo e o 1º e 10º decil, em 2010



Fonte: Structure of Earnings Survey (SES), 2010 (Eurostat)

Na Figura 3.5, compara-se o salário médio recebido por homens e mulheres que pertencem ao 1º e 10º decil da distribuição. As diferenças entre homens e mulheres tornam-se mais evidentes quando olhamos para o escalão com maiores rendimentos. Estas diferenças embora continuem a ser elevadas vão-se esbatendo sensivelmente a partir de Portugal, à medida que os salários médios vão também reduzindo.

No 10º decil (primeiras duas linhas do gráfico), as maiores disparidades encontram-se na Itália (uma diferença de 1 888 PPS), Áustria (1 685 PPS), Alemanha (1 623 PPS), P. Baixos (1 621 PPS) e Reino Unido (1 500 PPS). Quando olhamos para primeiro decil, verificamos que a dispersão salarial é menor e que em alguns casos (Bulgária, Letónia, Lituânia, Polónia e Dinamarca) as mulheres recebem em média mais do que os homens. Tenha-se também em conta as diferenças entre países. Os trabalhadores do sexo masculino na Irlanda, com maiores rendimentos, recebem cerca de 4,9 vezes mais que os trabalhadores da Letónia (uma diferença de 4 700 PPS) e as trabalhadoras cerca de 4,5 vezes mais (uma diferença de 3 538 PPS).

Segundo o Eurostat (2015c), uma mulher “para chegar a um salário médio anual igual ao de um homem, (...) teria de trabalhar um pouco mais de dois meses adicionais”. Num importante estudo sobre as desigualdades de género no topo dos ganhos salariais, no contexto português, Frederico Cantante (2010) conclui que embora tenha havido um esforço de convergência (“aumento da participação feminina no mercado de trabalho e uma maior feminização do topo da distribuição dos ganhos salariais”), as desigualdades de ganho salarial entre homens e mulheres continuam a ser profundas (p. 17-18).

3.3. Pobreza e privação material

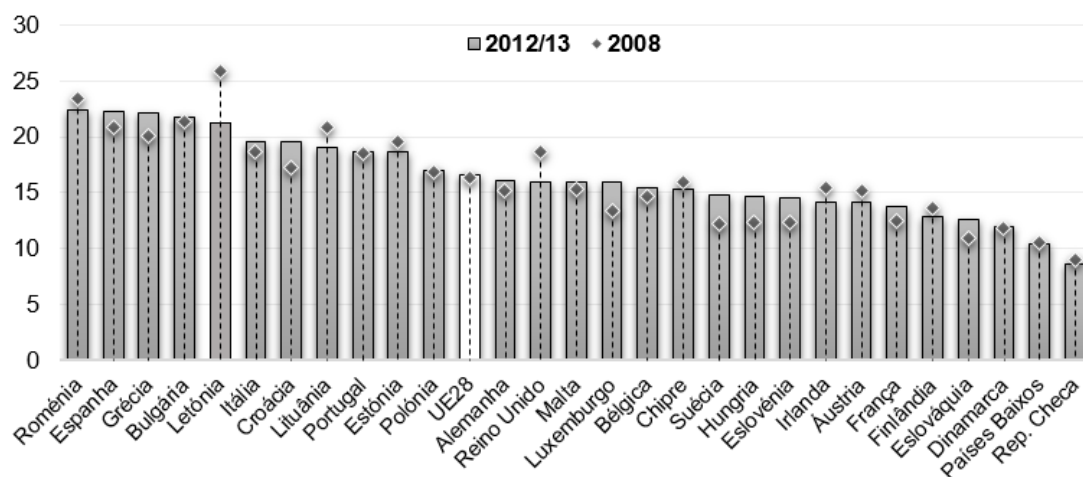
Na Figura 3.6 apresenta-se a evolução da taxa de pobreza (60% da mediana), entre 2008 e 2012/13, nos países da UE-28. Em 2012/13, cerca de 16,6% da população europeia encontrava-se em risco de pobreza (uma subida de 0,2 pontos percentuais em relação a 2008 (16,4%))⁶. No conjunto dos países mais pobres, destaque para a Roménia, com uma taxa de pobreza de 22,4% – menos um ponto percentual que em 2008 (23,4%), Espanha (22,4%, mais 1,4 p.p. do o valor de 2008, 20,8%) e Grécia (22,1%, mais 2 p.p. que em 2008, 20,1%). No sentido oposto, é na República Checa (8,6%), Países Baixos (10,4%) e na Dinamarca (11,9%) onde existem menos pessoas em risco de pobreza.

A maioria dos países da UE28 viram a sua taxa de pobreza crescer no período considerado. Dentro das maiores subidas destaque para a Suécia que, embora com o valor de risco de pobreza abaixo da média europeia (16,1%), desde 2008 aumentou 2,6 pontos percentuais neste indicador (12,2% para 14,8% em 2013). Além de Espanha e Grécia, outros dois países bastante afetados pela crise económica e financeira, Portugal (18,7%)

⁶ Dados recentemente disponibilizados pelo Eurostat (outubro de 2015) informam que esse valor para 2013 é de 17,2 (uma subida de 0,6 pontos percentuais em relação ao ano precedente).

e Itália (19,6%), também aumentaram a sua população em risco de pobreza, respetivamente, 0,2 p.p. e 0,9 p.p. Em relação a países que registaram uma melhoria neste indicador, encontramos a maior recuperação na Letónia, que reduziu 4,7 pontos percentuais entre 2008 e 2012/13 (de 25,9% para 21,2%), no Reino Unido (de 18,7% para 15,9%, menos 2,8 p.p.) e na Lituânia (de 20,9% para 19,1%, menos 1,8p.p.).

Figura 3.6 Evolução da taxa de pobreza (60% da mediana), entre 2008 e 2012/13



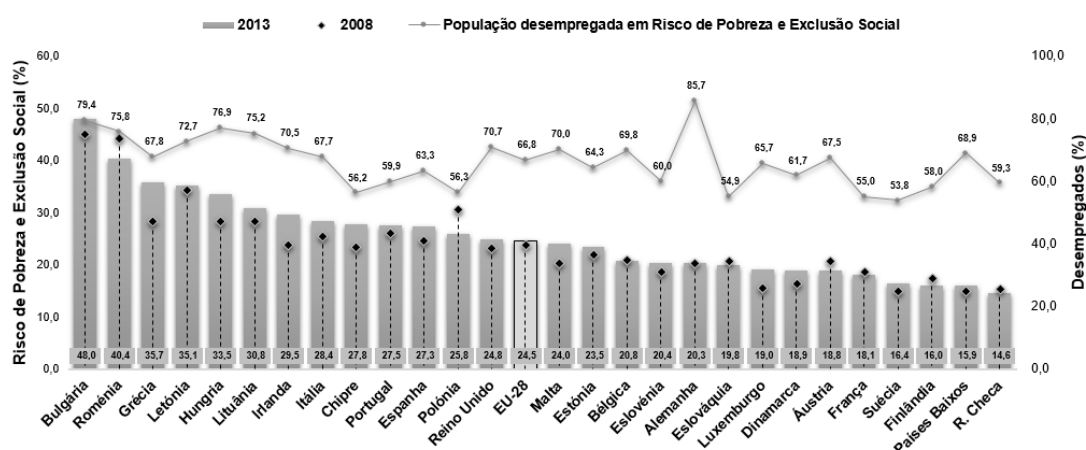
Fonte: EU-SILC, 2013.

Nota metodológica: Taxa de risco de pobreza diz respeito à “proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente” (definição INE). Após transferências sociais.

Nota 2: Dados referentes a 2012: Roménia, Croácia, Portugal, Estónia, UE28, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo, Chipre, Suécia, Irlanda, França, P. Baixos e Rep. Checa.

Um dos cinco objetivos da Europa 2020 é reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 20 milhões até 2020 (Comissão Europeia, 2010). A taxa de risco de pobreza ou exclusão social (abreviado, RPES) mede tanto a população em risco de pobreza, como privações materiais severas ou agregados familiares com intensidade de trabalho muito baixa. Na figura 3.7, constata-se que em 2013, 24,5% da população europeia encontrava-se nesta situação (mais 0,7 p.p. que em 2008). Muito acima desta média, encontramos países como a Bulgária (48%), que aumentou 3,2 p.p. no indicador desde 2008, ou Roménia (40,4%), que tem vindo consecutivamente a recuperar neste indicador (menos 3,8 p.p.). Logo de seguida, encontra-se a Grécia (35,7%) que, num comportamento oposto ao da Roménia, registou a maior subida da UE-28 entre o período considerado, subindo 7,6 p.p. em relação a 2008 (28,1%).

Figura 3.7 Evolução da % de risco de pobreza e exclusão social (RPES), entre 2008 e 2013, e % de população desempregada em RPES em 2013



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2015 (Eurostat)

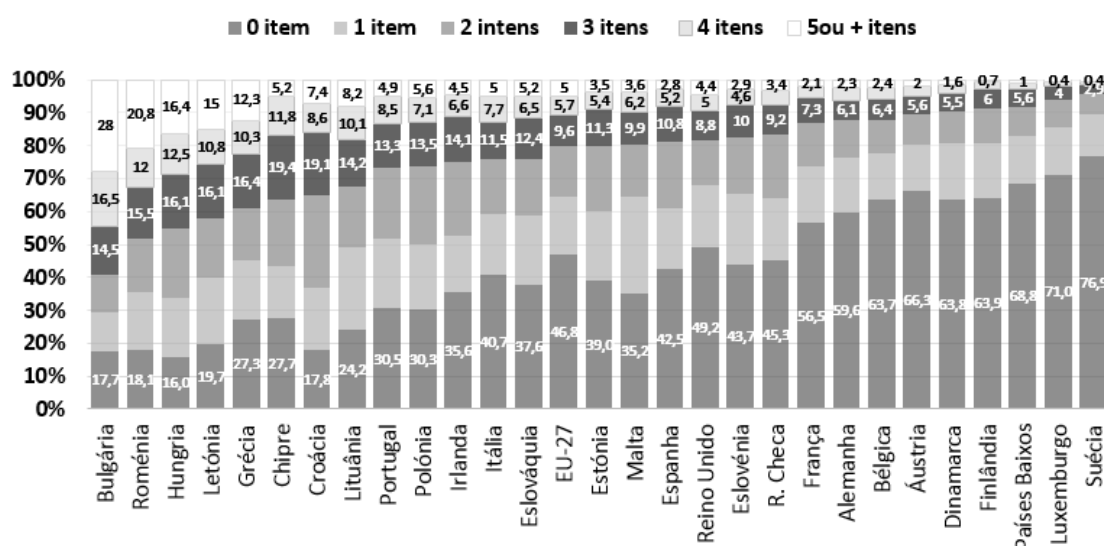
Nota metodológica: Segundo o INE, RPES diz respeito “indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa”.

Nota 2: Dados ordenados de forma decrescente em relação à taxa de RPES.

Dentro da sociedade, existem grupos mais vulneráveis à pobreza monetária. Segundo o Eurostat (2015e), as diferenças entre países da UE28 tornaram-se mais significativas quando se olha para a condição perante a profissão. E aqui, os desempregados são a população mais vulnerável. No conjunto dos países da UE, mais de metade dos desempregados encontravam-se em 2013 em risco de pobreza ou exclusão social (66,8%). Nestes, o caso que mais se destaca é sem dúvida a Alemanha, onde 85,7% dos desempregados estão numa situação de RPES, logo seguida pela Bulgária (79,4%), Hungria (76,9%) e Roménia (75,8%). Pelo contrário, Suécia (53,8%), Eslováquia (54,9%) e França (55%), são dos 28 onde a população desempregada está em menor risco de estar na pobreza ou exclusão social (contudo, note-se que ainda assim mais de metade dos desempregados encontram-se nesta situação).

Um indicador complementar à questão da exclusão social, é a privação material. Em 2013, 9,6% dos europeus vivia em privação material, isto é, não tinham acesso a pelo menos três dos nove itens que concorrem para o cálculo da taxa de privação material (mais 1,2 p.p. que em 2010). No mesmo ano, 10,7% dos europeus enfrentou uma situação de privação material severa (não tendo acesso a 4 ou mais itens). Nesta situação encontravam-se em 2013, 44,5% Búlgaros, 32,8% Romanos e 28,9% Húngaros. Numa situação oposta, cerca 77% Suecos, 71% Luxemburgueses e 69% Holandeses referem que, em 2013, tiveram acesso a todos os itens (ficando muito acima da média europeia = 46,8%).

Figura 3.8 Distribuição da população por itens de privação material, em 2013



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2015 (Eurostat)

Nota Metodológica: Está a ser utilizado o indicador taxa de privação material para “dificuldades económicas” e “Duráveis”, que se refere à percentagem de pessoas no total da população que têm privações materiais quer nos indicadores que compõem as dimensões “dificuldades económicas” (*economic strain*), como os que compõem a dimensão “duráveis” (*durable*) - neste último inclui-se a dificuldade em ter um computador – medido pela incapacidade em pagar: 0 item, 1 item, 2 itens, 3 itens, 4 itens, 5 ou mais itens da lista de privação material (Eurostat, 2015). Consideram-se indivíduos em privação material aqueles com dificuldades em três das nove dificuldades e privação material severa mais de 4.

Nota 2: Dados ordenados de forma crescente em relação à inexistência de dificuldades.

De seguida, destacamos os resultados de alguns dos itens que concorrem para o cálculo da privação material, entre 2010 e 2013⁷:

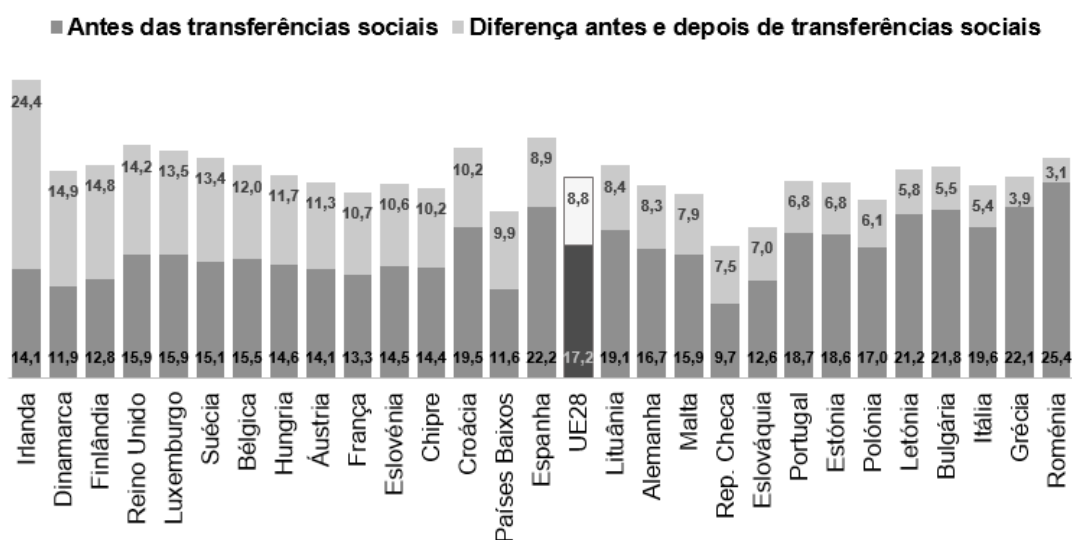
- Em 2013, 39,8% europeu viviam em agregados familiares sem capacidade financeira para fazer face a pagamentos inesperados (uma subida de 3,1 por comparação a 2010, 36,7%). Destaque para os valores registados da Hungria (76,1%), Letónia (67,4%) e Croácia (65,1%). Algumas subidas a assinalar neste período: a Bulgária (aumento de 23,6 pontos percentuais), a Finlândia (mais 15 p.p.), Grécia (mais 6,2 p.p.) e Portugal (mais 5,2 p.p.).
- Em 2013, 39,5% europeus viviam em agregados familiares sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (essa dificuldade aumentou desde 2010 2,2 p.p.). Destaque para os valores registados em 2014 para a Roménia (71,6%), Croácia (70,5%) e Hungria (59,8%).
- Em 2013, 28,9% dos europeus viviam em agregados familiares tinham dificuldade/muita dificuldade em fazer face às despesas (mais 2,5 pontos

⁷ Para consultar tabela com dados ver Anexos, pág. 43.

percentuais que em 2010, 26,4%). No conjunto dos 28, a Grécia destaca-se como o país onde esta dificuldade é mais protuberante – 78,3% dos agregados gregos tiveram dificuldade/muita dificuldade, em 2013, em fazer face às despesas (percentagem que aumentou desde 2010 mais 19,7 pontos percentuais). A Bulgária surge como o segundo país onde os agregados sentem mais dificuldades (65,2%), mas o país apresenta alguma recuperação neste indicador (menos 1,8 p.p. que em 2010, 65%). A diferença entre um agregado familiar na Suécia (6,6%), por comparação a um na Grécia (78,3%), é de 71,7 pontos percentuais.

- Em 2013, 10,8% dos europeus viviam em agregados familiares que não conseguiram aquecer de forma adequada a sua habitação (mais 1,3 pontos percentuais do que em 2010, 9,5%). Entre os três países europeus onde esta dificuldade é mais expressiva, encontram-se a Bulgária (40,5%, que desde 2010, diminuiu 26 pontos percentuais, 66,5%), Grécia (32,9%, mais 17,5 p.p. que em 2010, 15,4%) e Portugal (28,3%, que diminuiu 1,8 p.p. em relação a 2010, 30,1%).

Figura 3.9 Taxa de risco de pobreza antes e após as transferências sociais, nos países da UE28, em 2013 (%)



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2015 (Eurostat)

Nota metodológica: Segundo o INE, transferências sociais “inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social”.

Nota 2: Dados ordenados de forma descendente em relação às diferenças antes/depois das transferências sociais.

Uma forma de reduzir a pobreza e exclusão social é através de medidas de proteção social, nomeadamente, através da distribuição de benefícios sociais (Figura 3.9). Se analisarmos o efeito que as transferências sociais têm na redução do risco de pobreza, conseguimos

medir o sucesso das medidas de proteção social nos países da UE28. Em 2013, as transferências sociais reduziram o risco de pobreza entre a população da união de 26% (antes transferências) para 14,1% (depois transferências), o que significa que cerca de 39 mil pessoas deixaram de estar em risco de pobreza devido aos benefícios sociais (menos 8,8%).

Entre os países cujo impacto relativo dos benefícios sociais foi o mais baixo, destaque para a Roménia (apenas 3,1% saíram do limiar do risco de pobreza após os benefícios sociais), a Grécia (3,9%), a Itália (5,4%) e a Bulgária (5,5%). Numa situação oposta, estão a Irlanda, a Dinamarca, a Finlândia e o Reino Unido, mais de metade da população que antes se encontravam em risco de pobreza, devido ao efeito das transferências sociais, deixaram de estar nessa situação.

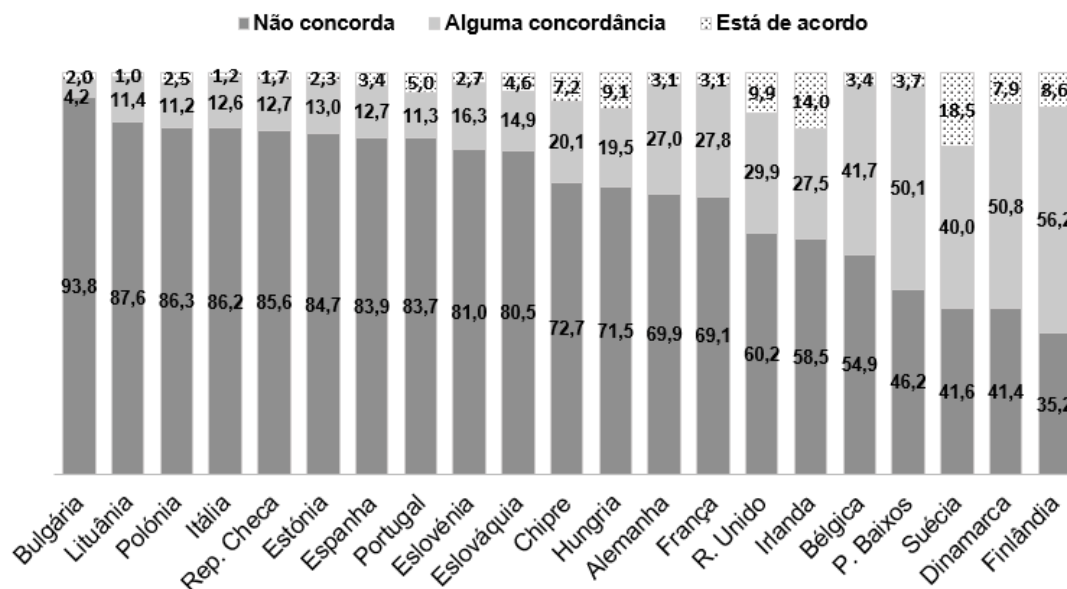
IV. Perceções dos europeus sobre o seu rendimento e bem-estar

O European Social Survey é um inquérito internacional que, desde o seu início em 2001 (round 2002), se dedica à recolha de dados sobre atitudes e representações da população europeia, nomeadamente, a partir de um grupo de questões permanentes relacionadas com: “utilização dos médias e confiança; atitudes políticas; bem-estar social, religião e nacionalidade(s); caracterização sociodemográfica; valores sociais” (Nunes, 2013:43). Trata-se, portanto, de um Inquérito transnacional, aplicado de dois em dois anos, onde já participaram 36 países – 16 participaram em todos os rounds (2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012). No conjunto dos 28 países da União Europeia, 21 participaram no 6º round, referente ao ano de 2012.

No último *round* existe um módulo dedicado exclusivamente às perceções dos europeus sobre elementos que compõem a Democracia. Um destes diz respeito à capacidade dos governos nacionais tomarem medidas de combate às desigualdades e pediu-se aos inquiridos que, numa escala de 0 (não se aplica) a 10 (aplica-se completamente), se posicionassem sobre se isso acontecia no seu país. A média das respostas dos países revela pelo menos duas conclusões interessantes: evidencia-se disparidades entre os países europeus – indo desde a Finlândia (6,03) e Suécia (5,99), os mais confiantes sobre a eficácia dos respetivos governos, à Bulgária (1,72) e Lituânia (2,77), os menos confiantes; Além disto, a média das respostas dos países (Média dos

21=3,96), revela que estes europeus consideram que a ação do governo no combate às desigualdades é pequena.

Figura 4.1 Nível de concordância dos europeus com a afirmação “o Governo toma medidas para reduzir as desigualdades no país”, em 2012



Fonte: European Social Survey, 6ª round 2012.

Nota metodológica: A partir da variável “O Governo toma medidas para reduzir as desigualdades” 0 (Não se aplica) – 10 (aplica-se totalmente), fez uma recodificação e criação de uma variável ordinal: 0-< 5 (Não concorda), >5-7 (alguma concordância), >7 Está de acordo.

Quando olhamos para a percentagem de resposta (Figura 4.1), com exceção dos países nórdicos, constata-se que mais de metade das populações dos países em análise acha que o governo não assume medidas para reduzir as desigualdades. Destaque para os resultados da Bulgária onde cerca 94% dos inquiridos responderam não estar de acordo com a afirmação. A Finlândia e Dinamarca destacam-se como sendo os países com maior percentagem na categoria “alguma concordância” sobre a ação do Governo, mas é na Suécia (18,5%), Irlanda (14%) e Reino Unido (9,9%) onde existe mais indivíduos confiantes que isso descreve verdadeiramente a ação governamental do país.

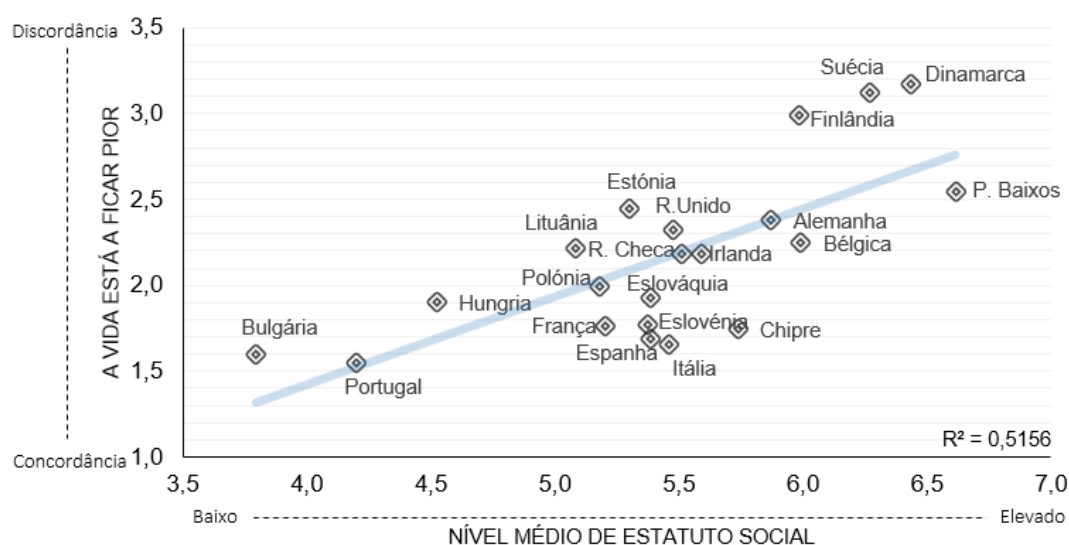
Neste estudo estamos preocupados em relacionar as componentes objetivas e subjetivas relacionadas com as desigualdades. Uma forma de termos informação sobre aspetos subjetivos é olhar para a forma como os indivíduos percecionam as suas condições de vida.

Nesse sentido, o ESS disponibiliza um indicador que permite medir o nível de concordância dos indivíduos sobre se a vida está, em geral, a piorar para todos no país. Em termos globais, a maioria dos europeus respondeu que concordava com esta afirmação

(42,6%). Dentro dos inquiridos que responderam que “concordavam /concordavam totalmente”, soma-se 94,9% Portugueses, 92,4% Italianos, 90,6% Búlgaros e 90,5% Espanhóis. Pelo contrário, entre os inquiridos que responderam que “discordavam/discordavam totalmente”, soma-se 43% Dinamarqueses, 37,7% Suecos, 34,9% Finlandeses e 19,4% Holandeses.

Quis se perceber de que forma esta perceção sobre as condições de vida variava segundo a posição que os indivíduos julgavam estar na sociedade, isto é, como percecionavam o seu estatuto social (Figura 4.2).

Figura 4.2 Relação entre as perceções sobre as condições de vida no país (“ a vida está a ficar pior”) e o estatuto social, em alguns países europeus, em 2012



Fonte: European Social Survey, round 2012

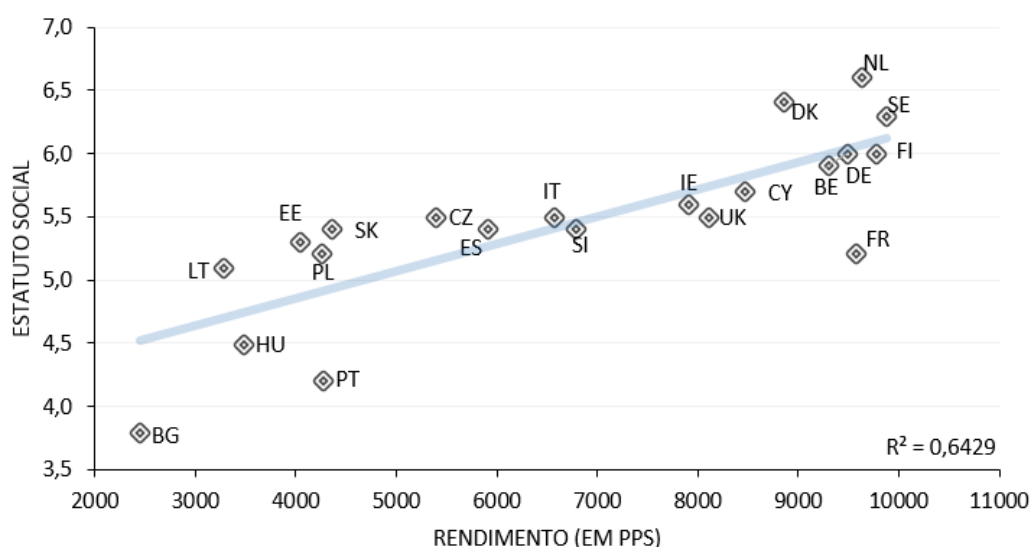
Nota: a variável estatuto social diz respeito à pergunta do ESS “como se posiciona na sociedade” e varia de 0 (na base) a 10 (no topo). A variável “A vida está a ficar pior” diz respeito à afirmação “para a maioria das pessoas no país a vida está a ficar pior” e varia de 1 (completamente de acordo) a 5 (discordo totalmente).

Conclui-se que o estatuto social explica 52% da variância da opinião sobre as condições de vida no país, sendo que existe uma relação positiva entre as variáveis. Países que apresentem níveis de estatuto social mais baixo, encontram-se em termos médios mais pessimistas em relação às condições de vida de todos na sociedade. Nesta situação encontram-se a Bulgária (estatuto social médio = 3,8; nível de concordância que a situação no país está pior = 1,6), logo de seguida encontra-se Portugal que, por comparação com a Bulgária, apresenta um estatuto social médio superior (4,2), mas é o país onde existe, em termos médios, maior concordância na deterioração das condições de vida no país (1,5). Casos a destacar, Itália, Espanha e Chipre, embora com médias de

estatuto social diferente (respetivamente, 5,5, 5,4 e 5,7), apresentam as mesmas perceções médias sobre a deterioração das condições de vida = 1,7.

As perceções sobre as condições de vida na sociedade encontram-se relacionadas com a posição que os indivíduos nos países pensam, em média, ocupar na sociedade. Mas o que poderá ajudar a compreender a dispersão dos valores médios do estatuto social entre países europeus? A partir de uma regressão simples testou-se se o estatuto social seria explicado pelas desigualdades económicas dos países (S80/S20), mas a relação entre as duas variáveis, embora positiva, apresenta uma baixa correlação ($R^2 = 0,381$).

Figura 4.3 Relação entre o Estatuto Social e o rendimento mediano (em PPS), em alguns países da União Europeia



Fonte: European Social Survey, round 2012; EU-SILC, 2013

Nota: Países da UE28 que não participaram no round 2012 do ESS (Áustria, Croácia, Grécia, Letónia, Luxemburgo, Malta e Roménia).

Legenda: (BE) Bélgica, (BG) Bulgária, (CY) Chipre, (CZ) Rep. Checa, (DE) Alemanha, (DK) Dinamarca, (EE) Estónia, (ES) Espanha, (FI) Finlândia, (FR) França, (HU) Hungria, (IE) Irlanda, (IT) Itália, (LT) Lituânia, (NL) Holanda, (PL) Polónia, (PT) Portugal, (SE) Suécia, (SI) Eslovénia, (SK) Eslováquia, (UK) Reino Unido.

O estatuto social parece estar sim muito relacionado com o rendimento. Na Figura 4.3, cruza-se a variável do ESS de estatuto social com o indicador de rendimento mediano do EU-SILC (em PPS), considerando apenas os 21 países europeus analisados anteriormente. Conclui-se que o rendimento ajuda a explicar a variância do estatuto social dos países em 64,3%, existindo uma relação positiva entre estas. É interessante destacar o caso de Portugal que, com um rendimento mediano de 4 278PPS, superior à Polónia, Estónia, Hungria e Lituânia, apresenta contudo um estatuto social médio inferior a estes

países (< 4,2). Outro caso de destaque é França, que embora tenha dos rendimentos mais elevados (9 586PPS), tem um estatuto social médio de 5,2 (valor também registado pela Polónia, que tem um nível de rendimento de 4 252PPS).

Ao realizar este exercício de comparação entre as perceções subjetivas dos indivíduos sobre as suas condições de vida, em geral, das pessoas na sociedade e relacioná-las com questões mais objetivas, permitiu compreender que os povos de países onde os rendimentos médios dos agregados são mais baixos, tenderão a ter uma perceção mais negativa sobre as suas condições de vida, mas também sobre o próprio lugar que ocupam na sociedade. Os padrões que esta análise produz, dá-nos então importantes pistas sobre como se revelam as desigualdades sociais no espaço europeu.

4.1 Estará o bem-estar relacionado com as desigualdades de rendimento?

Para aprofundar esta questão quis se compreender como é que as dimensões subjetivas da qualidade de vida, nomeadamente, a satisfação com a vida a confiança nas instituições e os níveis de felicidade, variam segundo níveis de desigualdade dos países.

Os dados que serão de seguida apresentados fazem parte do módulo ad-hoc da EU-SILC sobre o bem-estar humano, referentes ao ano de 2013 (Eurostat, 2015a).

Na figura 2.4, apresenta-se os valores do nível de satisfação com seis categorias que compõem o bem-estar humano, segundo a tipologia de países segundo os níveis de desigualdade (ver capítulo III): Nível baixo desigualdade (NBD), nível médio de desigualdade (NMD) e o nível elevado de desigualdade (NED). Para os três níveis de desigualdade, a dimensão das relações interpessoais (relações pessoais com os outros) é onde existe maior satisfação e, inversamente, onde esta é menor é na dimensão da satisfação com a situação financeira.

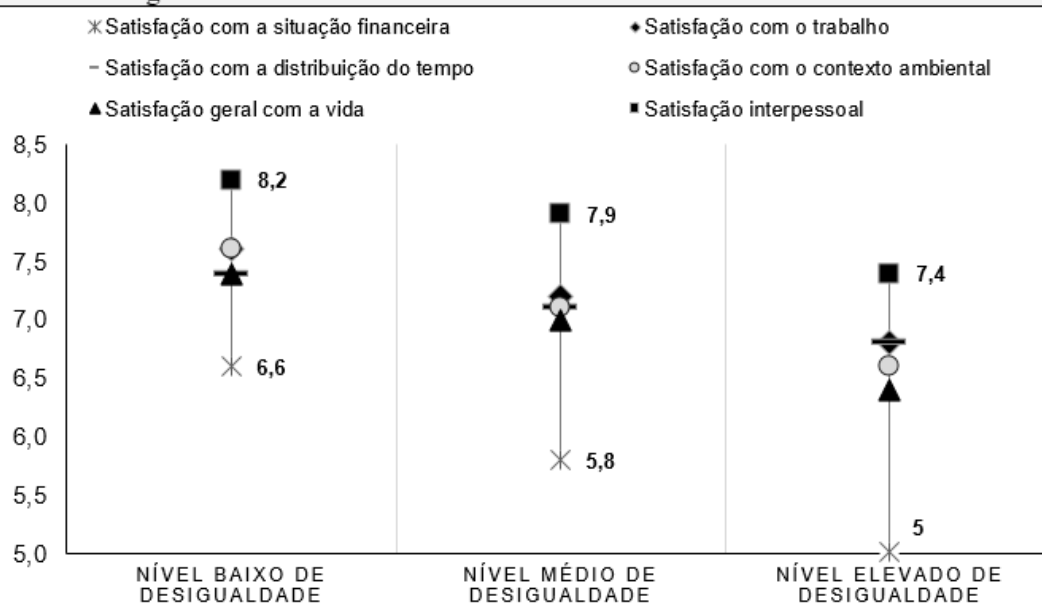
A leitura do gráfico permite concluir que o nível baixo de desigualdade está associado a maiores níveis de satisfação em todos os domínios. Após a realização do teste One-way Anova, comprovou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de desigualdade, segundo cada categoria de bem-estar⁸. O teste de

⁸ Satisfação com o contexto ambiental (F(2,26)= 3,698;p=,039); Satisfação com a distribuição do tempo(F(2,26)= 4,632;p=,019); Satisfação com a situação financeira (F(2,26)= 7,451;p= ,003); Satisfação com o trabalho (F(2,26)= 9,565;p= ,001); Satisfação geral com a vida (F(2,26)= 6,494;p= ,005); Satisfação interpessoal (F(2,26)= 4,261;p= ,025).

comparação múltiplas (*Post-hoc*) posteriormente realizadas permitiu retirar as seguintes conclusões:

- As diferenças de satisfação com a situação financeira são significativamente diferentes entre os NBD e os NED (Games – Howell_{finanças} (NBD) (NED), $p=0,012$);
- Os níveis de satisfação com o trabalho dos NBD são significativamente diferentes dos restantes níveis de desigualdades (Games – Howell_{Trabalho} (NBD) (NMD), $p=0,005$); (Games – Howell_{Trabalho} (NBD) (NED), $p=0,030$);
- Os níveis de satisfação geral com a vida é significativamente diferente entre os NBD e NED (Games – Howell_{vida} (NBD) (NED), $p=0,030$);
- Não existem diferenças significativas entre os níveis de desigualdade em relação à satisfação com a distribuição do tempo, nem com a satisfação em relação ao contexto ambiental, nem com as relações interpessoais ($p > 0,05$);

Figura 4.4 Nível de satisfação com alguns domínios da vida, segundo a tipologia de países de níveis de desigualdades



Fonte: EU-SILC ad-hoc modules, Personal well-being indicators (2013)

Nota: O nível de satisfação varia entre 0 (Nada satisfeito) e 10 (totalmente satisfeito).

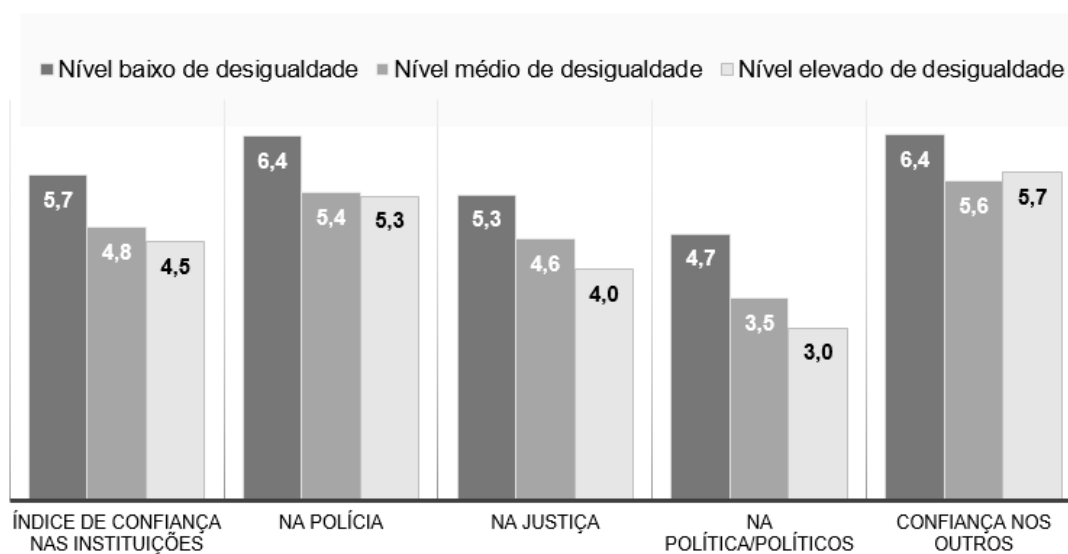
Nota 1: A satisfação com o contexto ambiental tratar-se de um índice composto pelos indicadores “Satisfaction with recreational and green areas” e “Satisfaction with living environment” (alfa = 0,964); A satisfação com a distribuição do tempo trata-se de um índice composto pelos indicadores “Satisfaction with commuting time” e “Satisfaction with time use” (alfa =0,919).

Nota 2: Excluiu-se desta análise dois indicadores que também entram na dimensão do bem-estar: “Satisfaction with accommodation” (NBD - 7,9; NMD - 7,5; NED - 6,9) e “Satisfaction with meaning of life” (NBD - 7,8; NMD - 7,5; NED - 7,1).

A partir dos indicadores fornecidos pelo EU-SILC que medem a confiança dos europeus na polícia, justiça, sistema político e a confiança nos outros, foi calculado um índice de confiança (alfa=0,881), que posteriormente foi relacionado com os níveis de

desigualdade dos países europeus (Figura 4.5). Em termos de satisfação global, todos os níveis de desigualdade registam valores iguais ao ponto médio da escala (NED = 4,5) ou acima (NBD = 5,7 e NMD = 4,8). Em termos das dimensões que compõem este índice, no caso dos países com nível baixo de desigualdade, há um empate em relação à confiança na política e nos outros (6,4). Os países do nível elevado de desigualdade têm uma confiança sempre abaixo dos restantes, com exceção da confiança nos outros, em que estão 0,1 pontos acima do NMD.

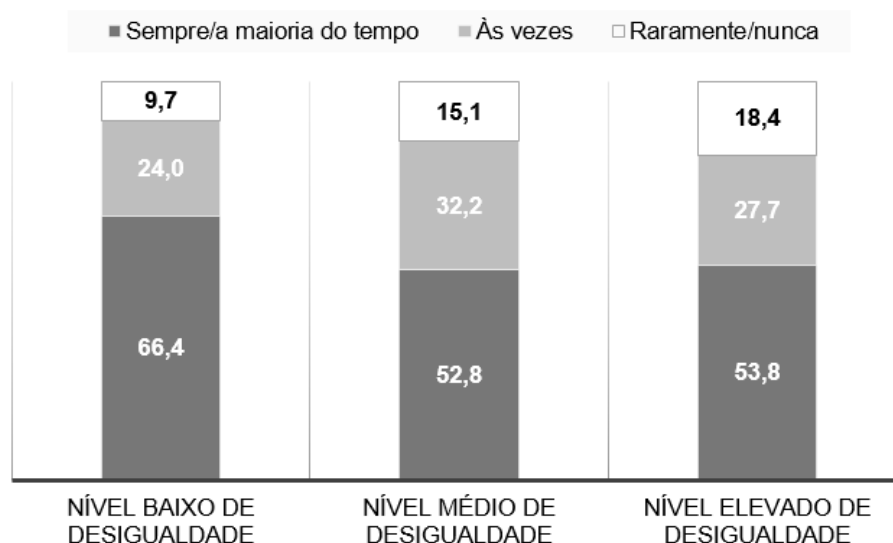
Figura 4.5 O índice de confiança nas instituições e os domínios que o compõem (escala 1-10), segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (*clusters*).



Fonte: EU-SILC ad-hoc modules, Personal well-being indicators (2013); EU-SILC, 2014.
Nota: O índice de confiança nas instituições, que varia entre 1 (nenhuma confiança) a 10 (total confiança), foi construído com base na confiança com a polícia, justiça, sistema político e confiança nos outros (alfa de Cronbach = 0,881).

E poderá a felicidade estar relacionada com as desigualdades? A maioria dos europeus, independente do *cluster* a que pertencem, afirmaram que no último mês estiveram “sempre/a maioria do tempo” felizes, embora a percentagem seja claramente mais elevada no caso do NBD (66,4%). Por sua vez, na categoria “às vezes” a maior percentagem é observada no NMD (32,2%), e na categoria “raramente/nunca feliz”, existe uma maior percentagem no cluster de nível de desigualdade elevado (18,4%).

Figura 4.6 Períodos de felicidade no último mês nos países da UE28, segundo a tipologia de desigualdade económica da UE28 (*clusters*).



Fonte: EU-SILC ad-hoc modules, Personal well-being indicators (2013); EU-SILC, 2015.
Nota: O nível de felicidade trata-se da percentagem de inquiridos que respondeu à questão do SILC Frequência em que esteve feliz nas últimas quatro semanas: “sempre”, “a maioria do tempo”, “às vezes”, “raramente” e “nunca”. Para os efeitos da análise, somou-se as percentagens dos extremos máximos e mínimos de felicidade.

Já dizia Therborn que “desigualdades são diferenças que considerarmos injustas” (Therborn, 2006:4). E sobre a distinção entre *desigualdade* e *diferença* no acesso a um conjunto de “bens, práticas, saberes, instituições”, diz-nos Lahire (2008) que a desigualdade social encontra-se ligada a uma conceção daquilo que é coletivamente associado a algo essencial e desejável – “é necessário que a vontade de aceder a uma série de bens ou práticas específicas anime e motive uma população bastante mais vasta” (p.80).

Esta distinção é importante sobretudo quando fazemos um paralelismo entre aquelas que são as condições objetivas de existência dos europeus e as suas perceções sobre o seu bem-estar, o principal objetivo que se queria concretizar neste trabalho. Mais do que a evidência estatística (importante) que países desiguais serão países com menores níveis de bem-estar, é frisar que, os sujeitos têm uma atitude ativa na compreensão das suas condições de vida, sobretudo, quando se posicionam em relação aos outros, isto é, reveladora da sua capacidade reflexiva (Almeida, 2013).

Notas finais

Neste estudo concluiu-se que existem diferenças nos padrões de vida entre os países da União Europeia, que se revelam muito claras quando agrupando os países por níveis de desigualdades. A partir da construção de uma tipologia de desigualdades recorrendo ao coeficiente de Gini e ao S80/S20, foi possível distinguir três níveis de desigualdade: baixa, média e elevada. A tipologia de desigualdade permitiu verificar que a desigualdade de rendimentos ajuda a explicar diferenças significativas entre agregados familiares na Europa.

Por sua vez, a análise da estrutura dos ganhos salariais permite demonstrar a existência de grandes disparidades, havendo países cujos salários permanecem muito abaixo da média europeia. Segundo um working paper do Eurostat intitulado *Salários e custos laborais* (verão portuguesa, Agosto de 2015), lê-se que: “as disparidades salariais na UE empurrou cerca de 12,1 % dos trabalhadores por conta de outrem para situações de risco de pobreza ou exclusão social e, por conseguinte, perante dificuldades consideráveis para manter um nível de vida digno”. Isto permite comprovar a existência de um mercado de trabalho que é atravessado por diferenças e que ajuda a perceber as diferentes condições de vida identificadas no espaço europeu.

Isto permite ir de encontro a conclusão de outros autores que referem que as desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas são explicadas de forma transnacional, embora isto não signifique que deixe de ser importante as “particularidades estruturais, institucionais e culturais” dos estados nacionais (Costa et al, 2007:7), que se encontram “incrustados” nas diversas sociedades, como descreve Polanyi (2012). A evolução histórica de diferentes sociedades, com comportamento sociológicos e económicos distintos, reflete-se também nas perceções que os indivíduos têm sobre a sua qualidade de vida. Seria também importante para melhor compreender destas diferenças olhar para os acontecimentos da história destes países e da sua evolução política, social e económica. Por esta razão, muitos autores referem a importância que tem um olhar sobre os contextos históricos, para explicar desigualdades sociais (Tilly, 2005; Lahire, 2008; Lachmann, 2013).

A coexistência nas sociedades de situações de grande abundância por oposição a grandes privações nos agregados familiares, geralmente mais vulneráveis, é responsável por causar grandes pressões no próprio tecido societal, uma vez que níveis extremos de desigualdade entre os indivíduos é sinónimo de existência de injustiças profundas nas

sociedades. Como refere as Nações Unidas: “extreme inequality contradicts the most fundamental principles of social justice, starting from the notion, enshrined in the Universal Declaration of Human Rights, that “all human beings are born free and equal in dignity and rights” (UNDP, 2013:1).

Autores como Tocqueville (1888) e Rawls (1971), a partir de uma perspetiva institucionalista, concebiam a igualdade entre os indivíduos como condição *sine qua non* para a existência de sociedades democráticas e mais justas. A propósito da revolução Americana (1776) e Francesa (1789), Tocqueville (1888), refere que, sobretudo, nas nações modernas, associado a implementação de estados democráticos, só foi possível ser implementada a noção de liberdade a partir do momento em que se tornou possível o desenvolvimento de condições de vida iguais para os indivíduos (p.180). John Rawls (1971), embora um século mais tarde, defende na sua teoria da justiça que quando existem princípios e interesses comuns, devem ser estabelecidas condições de igualdade “na qual cada pessoa está representada de forma equitativa” (Rawls, 1971:182). Referem Carmo & Costa a este propósito (2015:1-2): “Para ele, uma sociedade democrática e liberal decente deveria contemplar mecanismos institucionais que garantissem simultaneamente o direito à liberdade nas suas aceções (políticas, civis, culturais...) e a capacidade de atenuação das desigualdades económicas e sociais”.

Os padrões encontrados de desigualdades permitem-nos refletir que estamos perante desigualdades estruturais, que se estão a reproduzir na Europa, criando configurações muito claras entre países, sobretudo entre os países mais desiguais face aos mais igualitários. Essas configurações têm efeitos múltiplos na vida dos indivíduos, que se revelam quando olhamos para os níveis de satisfação com a vida, confiança e felicidade – poderemos mesmo dizer que mostram os custos sociais das desigualdades. O nível de satisfação com a vida e a confiança nas instituições que existe numa determinada sociedade, por exemplo, enquanto indicador do seu capital social, é um fator determinante e distintivo do seu nível de bem-estar social, político e económico e, neste caso, indicador da saúde democrática do país.

Bibliografia

Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais.

Atkinson, Anthony. B., Thomas Piketty, e Emmanuel Saez (2010), “Top incomes in the long run of history”, in A. B. Atkinson e Thomas Piketty (Eds.), *Top Incomes: a Global Perspective*, Oxford, Oxford University Press.

Bryman, Alan (2008), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press (3ª ed.).

Cantante, Frederico (2014), “Desigualdades de género no topo dos ganhos salariais em Portugal”, *Observatório das Desigualdades e-Working Papers N.º 1/2014*, ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012014. Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.

Carmo, Renato Miguel do e Frederico Cantante (2015), "Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira", *Sociologia, Problemas e Práticas*, CIES-IUL/Editora Mundos Sociais, nº77, pp. 33-51, DOI:10.7458/SPP2015773311; ISSN 0873-6529.

Carmo, Renato Miguel e António Firmino das Costa (2015), “Desigualdades, liberdade e políticas”, in Renato Miguel do Carmo e António Firmino da Costa (orgs.) *Desigualdes em Questão. Análises e Problemáticas*, pp. 1-6.

Costa, AF; Mauritti, R; Martins, SC; Nunes, N; Romão, AL (2015), “A constituição de um espaço europeu de desigualdades”, *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, N.º 1/2015: 1-21; ISCTE-IUL, CIES-IUL, ISSN 2183-4199, doi: 10.15847/CIESODWP012015. Disponível em <http://wp.me/P4h6tu-p3>.

Costa, AF (2012a), “Desigualdades globais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68: 9-32, doi 10.7458/SPP201268691.

Costa, AF (2012b), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais, 186 p.

Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional”, in António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.) (2007), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)*, Lisboa, Celta, pp. 5-20.

Crompton, Rosemary (2008), *Class and Stratification*, Cambridge, Polity.

Dorling, Danny (2014), “How only some rich countries recently set out to become more unequal”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 24, pp. 9-30.

Eurostat (2015a), *Quality of life. Facts and views*.

Eurostat (2015b), EU statistics on income and living conditions (EU-SILC) methodology – introduction (atualizado em Março de 2015).

Eurostat (2015c), EU statistics on income and living conditions (EU-SILC) methodology - sampling errors (atualizado em Março de 2015).

Eurostat (2015d), *Salários e custos laborais*. http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Wages_and_labour_costs/pt

Eurostat (2015e), *People at risk of poverty or social exclusion* (atualizado em Janeiro, 2015).http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/People_at_risk_of_poverty_or_social_exclusion

European Commission (2005), *The continuity of indicators during the transition between ECHP and EU-SILC*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, ISSN 1725-065X.

Fraser, Nancy (2008), *Scales of Justice*, Cambridge, Polity.

Human Development Report (2014), *Sustaining Human Progress Reducing Vulnerabilities and Building Resilience*.

IMF (2014), “Fiscal policy and income inequality”, *IMF Policy Paper*, disponível em <https://www.imf.org/external/np/speeches/2014/031314.htm>

INE (2014), *Rendimento e Condições de Vida – dados provisório de 2013*. [file:///C:/Users/user/Downloads/24RendCondVida2013%20\(12\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/24RendCondVida2013%20(12).pdf)

Lachmann, Richard (2013), “Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons”, in *Sociologia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVI, 2013, pág. 11-36

Lahire, Bernard. (2008), “Diferenças ou desigualdades: que condições socio-históricas para a produção de capital cultural?”, in *Forum Sociológico*, N.º18, pp. 79-85.

Matias, Ana Rita (2015), “Portugal no mundo dos relatórios internacionais”, in Renato Miguel do Carmo e António Firmino da Costa (orgs.) *Desigualdes em Questão. Análises e Problemáticas*, pp. 7-18.

Milanovic, Branko (2012), *Ter ou Não Ter. Uma Breve História da Desigualdade*, Lisboa, Bertrand, pp. 114-118.

Nunes, Nuno (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Mundos Sociais

OECD (2015), *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*, OECD Publishing, Paris.<http://dx.doi.org/10.1787/9789264235120-en>

OECD (2011), *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*, OECD Publishing, Paris,<http://dx.doi.org/10.1787/9789264119536-en>.

OECD (2008), *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264044197-en>.

Ostry, Jonathan D., Andrew Berg, and Charalambos G. Tsangarides (2014), “Redistribution, Inequality, and Growth”, *International Monetary Fund*, SDN/14/02.

Piketty, T (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge (Mass.), Belknap/Harvard.

Polanyi, Karl (2012 [1944]), *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*, Lisboa, Edições 70.

Rawls, John (2001 [1971]), *Uma Teoria da Justiça*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

Sen, Amartya (2010), *The idea of justice*, London, Penguin Books.

Sen, Amartya (2003), *Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa, Gradiva.

Stiglitz, Joseph E. (2012), *The Price of Inequality*, W. W. Norton & Company, Nova Iorque.

Therborn, Göran (2006), “Meaning, mechanisms, patterns, and forces: an introduction”, in Göran Therborn (ed.), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso, pp. 1-58.

Tilly, Charles (2005), “Historical perspectives on inequality”, in Mary Romero and Eric Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp. 15-30.

Tocqueville, Alexis de (2008 [1835-1840]), *Da Democracia na América*, col. Antropos, Lisboa, Relógio D’Água

United Nations Development Programme (2013), *Humanity Divided: Confronting Inequality in Developing Countries*, Bureau for Development Policy.

Wilkinson, Richard, e Kate Pickett (2010), *O Espírito da Desigualdade. Por Que Razão as Sociedades Mais Igualitárias Funcionam Quase Sempre Melhor*, Lisboa, Presença, pp. 103-118.

Sítios electrónicos e bases de dados:

European Social Survey: www.europeansocialsurvey.org

Eurostat: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

Observatório das Desigualdades: <http://observatorio-das-desigualdades.com>

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development: <http://www.oecd.org>

UNDP – United Nations Development Programme / Human Development Reports: <http://www.undp.org>

Anexos

A. Construção de clusters (Tipologia de países)

Objetivo: Definir uma tipologia de países dos países da UE-28, utilizando os dados do EUROSTAT SILC-EU, 2015

Atributos:

a) Coeficiente de Gini (0-100)

b) Rácio S80/S20 (0-10)

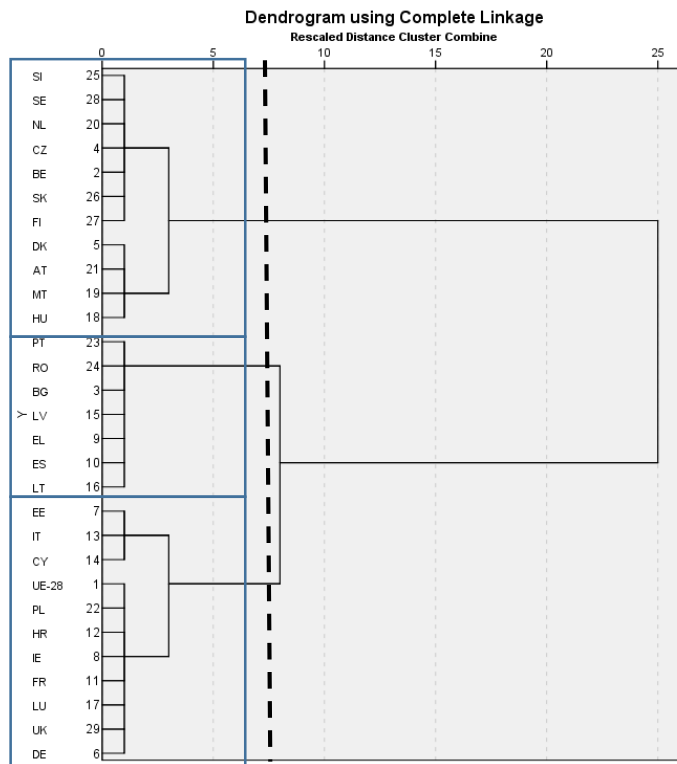
Resultado dos países nas variáveis em análise

Country		Coefficiente de Gini	S80/S20
		Mean	Mean
AT		27,6	4,1
BE		25,9	3,8
BG		35,4	6,8
CY		32,4	4,9
CZ		24,6	3,4
DE		29,7	4,6
DK		27,5	4,1
EE		32,9	5,5
EL		34,5	6,5
ES		34,7	6,8
FI		25,6	3,6
FR		30,1	4,5
HR		30,9	5,3
HU		27,9	4,2
IE		30,0	4,5
IT		32,7	5,9
LT		35,0	6,1
LU		30,4	4,6
LV		35,5	6,5
MT		27,7	4,0
NL		25,1	3,6
PL		30,8	4,9
PT		34,2	6,0
RO		34,0	6,6
SE		24,9	3,7
SI		25,0	3,7
SK		26,1	3,9
UE-28		30,5	5,0
UK		30,2	4,6

Utilização do método hierárquico. Medida utilizada: Quadrado da distância Euclidiana. Critério utilizado: vizinho mais afastado (furthest neighbor)

Critério para determinar o número de clusters (3 clusters):

a) Dendrograma



Solução final:

		Complete Linkage		
		1	2	3
		Count	Count	Count
Country	AT	0	1	0
BE	0	1	0	
BG	0	0	1	
CY	1	0	0	
CZ	0	1	0	
DE	1	0	0	
DK	0	1	0	
EE	1	0	0	
EL	0	0	1	
ES	0	0	1	
FI	0	1	0	
FR	1	0	0	
HR	1	0	0	
HU	0	1	0	
IE	1	0	0	
IT	1	0	0	
LT	0	0	1	
LU	1	0	0	
LV	0	0	1	
MT	0	1	0	
NL	0	1	0	
PL	1	0	0	
PT	0	0	1	
RO	0	0	1	
SE	0	1	0	
SI	0	1	0	
SK	0	1	0	
UE-28	1	0	0	
UK	1	0	0	

B. Componentes da privação material

Quadro 1.2 Componentes da privação material					
	<i>Households making ends meet with great difficulty</i>	<i>Inability to keep home adequately warm</i>	<i>Inability to afford paying for one week annual holiday away from home</i>	<i>Inability to face unexpected financial expenses</i>	<i>Share of persons who cannot afford a computer</i>
<i>Grécia</i>	78,3	29,5	49	47,1	10,6
<i>Bulgária</i>	65,2	44,9	66,3	64,1	16,6
<i>Croácia</i>	62,5	9,9	70,5	65,1	5,7
<i>Chipre</i>	59,4	30,5	56,8	54,3	3,1
<i>Letónia</i>	54,4	21,1	52,1	69,5	11,7
<i>Hungria</i>	53,9	13,7	66,6	74,2	11,1
<i>Roménia</i>	50,9	14,3	71,6	52,1	22,3
<i>Portugal</i>	46,9	27,9	59,8	43,2	7,3
<i>Itália</i>	41,6	19,1	51	40,4	2,1
<i>Espanha</i>	38,8	8	48	42,1	6,7
<i>Irlanda</i>	36,8	10	50,7	55,3	3,9
<i>Malta</i>	36,6	23,4	55,5	22,8	2,1
<i>Eslováquia</i>	36,6	5,4	48,8	39,5	5,9
<i>Eslovénia</i>	33,1	4,9	30,9	45,8	3
<i>Lituânia</i>	32,9	29,2	46,5	56,9	8,5
<i>Polónia</i>	32,5	11,4	60,6	50,5	5,4
<i>R. Checa</i>	31,7	6,2	39,5	41,7	4,2
<i>Estónia</i>	23,4	2,9	47,8	41,9	4,2
<i>R. Unido</i>	21,1	10,6	33,3	41,1	4,7
<i>Bélgica</i>	21	5,8	27,3	24,2	2,6
<i>França</i>	20,5	6,8	28	33,9	2,5
<i>P. Baixos</i>	15,5	2,9	18,9	23,4	0,9
<i>Áustria</i>	14	2,7	21,1	23,2	2,1
<i>Luxemburgo</i>	13,4	1,6	15,9	23,8	1,4
<i>Dinamarca</i>	12,1	3,9	17,7	27,6	1,3
<i>Alemanha</i>	9,1	5,3	22,4	32,9	3,4
<i>Finlândia</i>	6,9	1,2	14,9	27,5	1,7
<i>Suécia</i>	6,6	0,8	10	18,2	0,8
UE28	28,9	10,8	39,5	39,8	5

Fonte: EU-SILC, 2013

Curriculum vitae

Ana Rita Matias

Contactos: (+351) 912 387 619 | artmatias@gmail.com; artgm@iscte.pt

Data de nascimento: 21-06-1991

Local de nascimento: Ponta Delgada (São Miguel, Açores)

Nacionalidade: Portuguesa



RESUMO

Socióloga, membro da equipa permanente do Observatório das Desigualdades (CIES-IUL). Áreas de interesse: Desigualdades sociais, condições de vida e qualidade de vida, estudos do ambiente e do território, alterações climáticas e sustentabilidade.

Tem dois capítulos publicados em livro e uma publicação internacional on-line sobre desigualdades de rendimento.

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS

Línguas

· Português (Nativo), Inglês (Full professional proficiency) e Francês (Elementary proficiency).

Software

· Experiência Microsoft Office na perspetiva do utilizador, Wordpress, SPSS e MAXqda. Conhecimentos em R.

Prémios

Prémio de excelência académica 1º ciclo 2011/2012

Prémio de excelência académica 1º ciclo 2010/2011

Prémio de excelência académica 1º ciclo 2010/2009

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde 2013 Assistente de investigação, *Observatório das Desigualdades, CIES-IUL*
Produção e análise de indicadores, assistente na criação e edição do website
<http://observatorio-das-desigualdades.com/>

Desde Agosto de 2015 Assistente de investigação, CIES-IUL
Assistência na investigação (tratamento de dados) no projeto “Educational Challenges in Southern Europe. Equity and efficiency in a time of crisis” (2013-2015) no quadro do CIES-ISCTE, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador-coordenador: João Sebastião

Desde Setembro de 2015	<p>Assistente de investigação, CIES-IUL/Universiteit Utrecht</p> <p>Projeto “Sustainable Workforce” projeto de investigação coordenado pela Professora Doutora Tanja van der Lippe (Universidade de Utrecht) e pela Professora Doutora Maria das Dores Guerreiro (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa).</p> <p>http://www.sustainableworkforce.eu/</p>
Desde Outubro de 2015	<p>Co-coordenadora do curso “Empowering Women in the 21st Century”, a decorrer no ISCTE-IUL, a 11 de Janeiro de 2016.</p> <p>Coordenadora principal: Professora Maria das Dores Guerreiro (ISCTE-IUL/CIES-IUL) Co-coordenadora: Joana Patrício (ISCTE-IUL/CIES-IUL)</p> <p>Organização parceira: AIM Overseas</p>
2012-2013	<p>Assistente de Investigação, <i>CIES-IUL</i></p> <p>Projeto “Políticas de Conciliação Trabalho-Família na Perspetiva dos Dirigentes de Topo” Investigadora Coordenadora: Professora Maria das Dores Guerreiro</p>
2011-2013	<p>Assistente, <i>ISCTE-IUL</i></p> <p>Apoio administrativo à Pós-Graduação International Programme Family, Social Work and Social Policy, coordenado pela Professora Maria das Dores Guerreiro</p>
2011	<p>Tarefaira, <i>CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa</i></p> <p>Assistência na investigação (tratamento de dados) no projeto “Género, Empreendedorismo e Qualificações em Portugal: tendências, contextos e experiências individuais” (2009-2011) no quadro do CIES-ISCTE, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigador-coordenador: Maria das Dores Guerreiro.</p>

EDUCAÇÃO

2013-2015 (previsto)	Mestrado em Sociologia, <i>ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa</i>
2009-2011	<p>Licenciatura em Sociologia, <i>ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa</i></p> <p><i>Nota final de licenciatura: 16,4 valores</i></p> <p><i>Trabalho final de curso: Cultura Voluntária em Lisboa – Nota final 17 valores</i></p>

EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR

2012-2013	<p>Pós-graduação em Análise de Dados em Ciências Sociais, <i>ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa</i></p> <p><i>Relatório final: O “efeito escola” no desempenho escolar dos alunos, uma análise exploratória do PISA 2009 – Nota final 17 valores (grupo formado com Daniel Alves e Patrícia Santos). Avaliação e orientação: Professora Drª Helena Carvalho</i></p>
2013	Curso intensivo: MAXqda: mix essencial para relatórios profissionais e teses académicas

Análise de conteúdo com MAXqda articulada com as Análises de Correspondências Múltiplas e de Clusters com SPSS. FProf. Dr. Rui Brites. ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão

- 2012 Participação do Programa Intensivo Erasmus sobre a temática: “Enduring and Emerging Inequalities: the international capacity of European labour market and educational systems”, em Albir, Espanha. Organizado pela Universidade de Roterdão

PUBLICAÇÕES

- 2015 Matias, Ana Rita e Renato Miguel do Carmo (2015), “Desigualdades de rendimento: tendências recentes em Portugal e na Europa”, em Maria de Lurdes Rodrigues e Pedro Adão e Silva (orgs.), *Governar com a Troika. Políticas Públicas em Tempos de Austeridade*, Lisboa, Editora Almedina, pp. 433-446.
- 2015 Matias, Ana Rita (2015), "Portugal no mundo dos relatórios internacionais", em Renato Miguel do Carmo e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades em Questão*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 7-18.
- 2014 Carmo, Renato Miguel, Ana Rita Matias (2014), “Income inequality in Portugal and in Europe: the impact of austerity?”, *Inequality Watch*